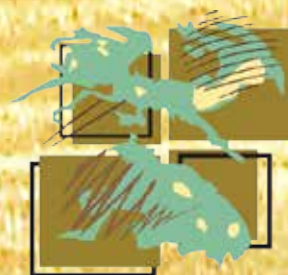


Fontié ki Kwaze

Fronteiras Cruzadas

O desafio da comunicação diante das populações em deslocamento



Novembro de 2018



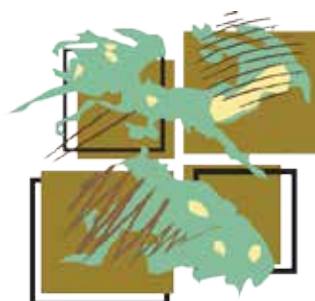
Publicação do I Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas

**Fontié Ki Kwaze, em crioulo haitiano,
significa Fronteiras Cruzadas.**



Fórum Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas

**O desafio das comunicações diante
das populações em deslocamento**



Expediente

Comissão científica:

Artur Matuck (COLABOR/ CRP-ECA/ PGEHA - USP)
Héctor Mondragón (História-PUC-SP)
Naira Ciotti (LABPerformance-UFRN)
Maria Aparecida Ferrari (CRP-ECA-USP)
Mohammad Elhajii (ECO-UFRJ)
Pablo Ceriani (UNLa, Argentina)
Patrícia Villen (Unicamp)
Paulo Zeminian (COLABOR/ PGEHA-USP)
Rosane Borges (COLABOR/ ECA-USP)
Rosemary Segurado (NEAMP- Ciências Políticas - PUC-SP)
Victor Martins (CECAFRO-PUC-SP)

Fabiane Mitsue (COLABOR/ PGEHA-USP)
Giovanni Francischelli (ECA-USP)
Hernani Dimantas (COLABOR/ PGEHA-USP)
Joseane Alfer (COLABOR/ PGEHA-USP)
Juan Cusicanqui (COLABOR-USP)
Juvenal Ferreira (COLABOR-USP)
Karina Quintanilha (COLABOR-USP/ PEPGCS-PUC-SP)
Marilia Fabbro (PUC-SP)
Sandro Cajé (COLABOR/ PGEHA-USP)
Yumna Ghani (FESPSP)
Wilson Rocha e Silva (COLABOR-USP)

Comissão organizadora:

Alohá Queiróz (COLABOR-USP)
Anne Hill (COLABOR-USP)
Antonio Herci (COLABOR/ PGEHA-USP)
Antonio Rodrigues de Pádua (COLABOR/ PGEHA-USP)
Daniel Persegui (COLABOR/ PGEHA-USP)

Comitê Editorial:

Daniel Persegui, Edson Luiz Oliveira,
Karina Quintanilha e Naira Ciotti.
Design Gráfico: Daniel Persegui.
Revisão: Edson Luiz Oliveira.
Imagem de capa: Marina Jogue

A Revista Fontié ki Kwaze é elaborada pelo COLABOR (Centro de Pesquisas em Linguagens Digitais-USP) e pelo NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política-PUC-SP).

Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This work was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.



Sumário

- 6 Apresentação: Nenhum ser humano é ilegal
Karina Quintanilha
- 11 Os Direitos Humanos em Tradições Oraís Africanas:
um estudo da Carta Mandinga
Victor Martins de Souza
- 18 Comunicação em rede nas comunidades migrantes
Sofia Cavalcanti Zanforlin
- 23 Haitianos em Uberlândia - MG
Rafaela da Costa Vechiato e Larissa Godoi Pereira
- 29 Estratégias reais para uma ficção: a imaginarização
do outro e o fechamento das fronteiras
Kamila Kamel Fahs
- 33 Projeto Migrante: bonecos e manifestações
políticas de uma arte emergente
Paulo Zeminian
- 38 Refugiados colombianos no Brasil:
lutas e resistência pela terra
Gabriel Angel Jimenez Lopez
- 43 Crise e Imigração no Brasil contemporâneo
Patricia Villen
- 48 As categorias de refugiados no sistema
internacional de asilo
Marília Fabbro
- 54 Direitos Humanos e Migração Forçada:
a resistência da arte e a arte da resistência
Rosemary Segurado
- 58 Minha chegada ao Brasil
Sylvie Mutiene
- 59 Poesia: Migrante
Artur Matuck e Paula Alves

Apresentação

Alex Bonfim



Nenhum ser humano é ilegal

Karina Quintanilha

A primeira edição do **Fórum Internacional Fontié Ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas** foi organizado pelo COLABOR – Centro Multidisciplinar de Pesquisas Colaborativas em Linguagens Digitais e pelo Departamento de Relações Públicas, ambos da ECA-USP; pelo Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte da USP; e pelo Núcleo de Arte, Mídia e Política das Ciências Sociais (NEAMP) da PUC-SP em novembro de 2017 através de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Coordenado pelo professor Dr. Artur Matuck e com curadoria de Karina Quintanilha, teve como tema “O Desafio das Comunicações diante das Populações em Deslocamento”. Fontié Ki Kwaze, em creole haitiano, significa Fronteiras Cruzadas, uma referência ao Haiti, primeiro país a organizar uma revolução de escravos negros, iniciada em 1791, que derrotou a sangrenta exploração colo-

nialista francesa de Napoleão Bonaparte e declarou a primeira república independente da América Latina em 1804.

Com ênfase transdisciplinar, o Fórum foi composto por mesas, arenas de debate, conferências, performances, teatro e oficinas a partir de três eixos temáticos sobre a questão das migrações contemporâneas: Desafios e perspectivas no campo da comunicação, política e direitos humanos; Experiências diaspóricas: corpos, tempos e histórias; e Fronteiras Cruzadas: arte, história e trabalho.

Ao longo de três dias, com a participação de pesquisadores, ativistas e artistas de mais de 20 nacionalidades, o Fórum trouxe para a pauta a questão da migração forçada contemporânea e sua relação com as mais distintas áreas do conhecimento, um campo expandido que se formou por meio das experiências e debates interculturais vivenciados no Fórum, e que faz possível essa publicação.

Buscamos, assim, ampliar horizontes sobre os desafios e perspectivas nas políticas de comunicação no contexto da mobilização da população migrante por protagonismo, visibilidade e reconhecimento de seus direitos no Brasil. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o número de deslocados forçados que compreende na visão desse órgão os refugiados, os requerentes de asilo e os deslocados internos – chegou, em 2017, a 65,6 milhões de pessoas, dentre as quais a maioria são mulheres e crianças.

A organização do Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas permite ter uma percepção singular de diferentes aspectos da condição de vida e demandas da população deslocada, em especial de recém chegados na cidade de São Paulo. São relatos de violações a direitos humanos no país de origem, no trajeto e no país de destino, como se vivessem em um permanente exílio, mas também relatos de resistências.

Destacamos nessas notas preliminares alguns pontos-chave discutidos no Fórum, que levantam questões relevantes para essa publicação no contexto histórico das migrações forçadas, disponíveis em nosso site: www.fontieforum.org.

Tendo promovido a participação de migrantes residentes em São Paulo com histórico de atuação em diferentes campos sociais como palestrantes, lado a lado com pesquisadores brasileiros dedicados à questão migratória, foi

I FÓRUM INTERNACIONAL
'FONTIÉ KI KWAZE'
FRONTEIRAS CRUZADAS

6, 7 e 8
novembro
2017

O Desafio das Comunicações diante das Populações em Deslocamento

Destacados estudiosos das migrações dialogam com movimentos sociais e experiências de resistência, estimulando a produção científica, intercultural, artística e tecnológica.

LOCAL
ECA-USP Prédio de Relações Públicas
EVENTO GRATUITO

PROGRAMAÇÃO

6 e 7 de novembro

Conferências, Mesas, Performances,
Arenas de debate, Oficinas

www.facebook.com/fontieforum

8 de novembro

Planejamento do II Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas e reuniões com grupos universitários, movimentos de migrantes, mídia síntese e encerramento.

fontieforum@gmail.com



O I Fórum Fronteiras Cruzadas ocorreu em novembro de 2017, trazendo uma profusão de ideias, mensagens e culturas.

igualmente destaque a participação de dois professores com reconhecida atuação internacional no debate sobre a migração: Pablo Ceriani Cernadas, coordenador da Especialização em Migração e Asilo sob a Perspectiva de Direitos Humanos na Universidad Nacional de Lanús na Argentina e membro do Comitê de Proteção a Trabalhadores Migrantes e suas famílias da ONU; e Raúl Delgado Wise, da Universidad Autónoma do México, presidente da Rede Internacional de Migração e Desenvolvimento, cátedra Unesco em migração e desenvolvimento.

As intervenções de Pablo Ceriani no Fórum trouxeram subsídios para analisar como a questão da comunicação e da linguagem tem servido como instrumento para ocultar as causas estruturais da migração forçada. Ao passo

que Raúl Delgado refletiu sobre a forma como os aparatos políticos e culturais da classe dominante têm servido para omitir a compreensão sobre as reconfigurações no sistema político-econômico que, combinados à xenofobia racista como política de Estado, têm lucrado incansavelmente com a expulsão de populações de suas terras.

Delgado Wise também propõe refletirmos do ponto de vista teórico sobre como se dá essa precarização de trabalhadores conforme a regulação político normativa de fluxos migratórios pelos Estados nacionais. “Ao estigmatizar essa força de trabalho e, de várias maneiras, torná-la indocumentada (estabelecendo uma cota de vistos muito inferior à demanda do mercado de trabalho), ela contribui de forma perversa para seu barateamento, flexibilidade e vulnerabilidade. Nesta perspectiva, o Estado desempenha um papel importante na regulação dos fluxos migratórios de acordo com os interesses de classe e as corporações que representam. Ao esconder esta realidade, os migrantes aparecem, aos olhos da opinião pública das sociedades de acolhimento como culpados de muitos dos males que os afligem: desmantelamento do estado de bem-estar social, encolhimento das classes médias, desemprego e insegurança no emprego, etc.”, define o pesquisador mexicano.

O professor Héctor Mondragón, economista e professor, refugiado no Brasil desde o final dos anos 1990 falou sobre a situação da Colômbia, que possui o maior número de deslocados internos no mundo: 7,4 milhões de pessoas obrigadas a deixar seu local de origem dentro do país (ACNUR, 2017). Mondragón denuncia que “a guerra na Colômbia é pela terra”, uma vez que 58% da população possui apenas 1,7% da terra, enquanto 0,06% detém 53%. Essa desigualdade se tornou possível com mudanças nas legislações agrárias, que desencadearam a violência no campo, causaram levantes populares e levaram à luta armada e, conseqüente, ao descolamento da população, atingindo indígenas, afrodescendentes e camponeses.

Com relação às dificuldades de comunicar e denunciar a situação vivida em seu país, Mondragón ressalta “A Colômbia é um país extremamente democrático: você pode falar o que quer e quando quer, mas te matarão na saída. Por isso a quantidade de refugiados e o extermínio das lideranças populares, levando à quebra do tecido social com a tentativa



Fórum Fontié ki Kwaze: proposta de um evento que atravessasse pesquisas, culturas, e as estruturas da própria universidade.

de exterminar os movimentos sociais. Mas o povo resiste”.

Refletindo a realidade brasileira, o Fórum foi permeado por trocas e experiências na busca por transgredir as barreiras visíveis e invisíveis dos fenômenos históricos de divisão de classe, raça, gênero e etnias, reflexo do passado colonial e da atual expansão do capitalismo. Sobre o histórico de invisibilização de determinados fluxos migratórios no país, a pesquisadora Patrícia Villen, também palestrante do Fórum, analisa que “A realidade social periférica da imigração no Brasil tem sido silenciada e invisibilizada, desde pelo menos os anos 1960, quando os fluxos de entrada de coreanos e bolivianos se manifestavam com força no país. Desde então, as “grandes levas anônimas” dos fluxos de entrada no país passam a ser compostas por imigrantes da periferia do capitalismo que, além de enfrentarem todas as condicionantes do trabalho dentro de um regime de acumulação flexível, os preconceitos de uma sociedade com herança escravista – que, no fundo, ainda associa a imigração com o mesmo referencial racista da “modernização dependente” no passado – também se deparam com políticas migratórias formalmente fechadas”.

Os debates durante o evento – que abordou centralmente a complexidade das migrações forçadas – não ofuscou o compartilhamento de expressões de subjetividades. Miriam Debieux nos faz pensar sobre o “processo de construção da história” em grande parte a partir de testemunhos dos próprios migrantes transnacionais que vivem em São Paulo, possibilitando “uma dialetização que, ao dar nomes e lugares, constrói história, separa o passado do presente, permite localizar as feridas e elaborar as dores e pode inibir as repetições sintomáticas”.

Como analisou a advogada Sylvie Moutiene, palestrante do Fórum que se encontra em situação de refúgio da República Democrática do Congo, a realidade das migrações transnacionais hoje impõe uma drástica precarização aos trabalhadores migrantes que em sua imensa maioria chegam indocumentados, sem conhecer a língua, as leis e até mesmo a moeda local, atingindo em especial as mulheres que tem sido maior número em situação de deslocamento forçado no mundo. Sylvie narrou que quando chegou no Brasil, por ser mulher negra africana e sem recursos financeiros, somente encontrou trabalho como do-

Ao estigmatizar essa força de trabalho e, de várias maneiras, torná-la indocumentada (estabelecendo uma cota de vistos muito inferior à demanda do mercado de trabalho), ela contribui de forma perversa para seu barateamento, flexibilidade e vulnerabilidade.

méstica, apesar de sua formação como advogada. Após meses trabalhando como doméstica em uma residência, descobriu que o valor mensal recebido pelo trabalho não era correspondente ao salário mínimo, ou seja, estava sendo explorada com trabalho análogo à escravidão. Após essa experiência, enfrentou inúmeros casos de xenofobia e racismo até conseguir uma vaga de trabalho em um hospital. Sylvie terminou a sua fala afirmando que “discutir migração hoje é uma pauta para todos, descendentes de escravizados e de donos das senzalas”.

O Fórum Internacional Fontié Ki Kwaze, segundo relato de professores e estudantes da própria USP, marcou história em seu modo de existir, contribuindo para catalisar e expandir a identificação de mediações mais multifacéticas sobre a realidade nacional e global das migrações em seu primado social, econômico, político, cultural e, em especial, comunicacional.

Diante da criminalização em massa e da invisibilização das “grandes levas anônimas” como política de Estado em um cenário internacional marcado pelo aumento ex-

ponencial da migração forçada, novos desafios comunicacionais se impõem aos pesquisadores, movimentos sociais, defensores de direitos humanos, artistas e sociedade como um todo.

Por fim, saudamos o conteúdo desta nova publicação enquanto novas urgências ocorrem ao redor do mundo, como a caravana de migrantes hondurenhos que chegam ao México tentando alcançar os EUA.

O leitor tem em mãos uma grande fonte de debates sobre esses novos fenômenos, complexos em sua forma e contraditórios pela própria essência do encontro de culturas. Abrindo a revista, o historiador Victor Martins traz uma análise sobre a carta Mandinga e a tradução de seus 44 artigos, um tratado sobre os direitos humanos produzida no continente africano no século XIII. Sofia Zanforlim relata o uso de tecnologias da informação e comunicação junto aos processos de migração (Comunicação em rede nas comunidades migrantes). Rafaela Vechiato e Larissa Godói trazem perspectivas etnográficas no texto "Haitianos em Uberlândia, MG".

A psicanalista Kamila Fahs aborda mediações e linguagens presentes no Fórum e nas novas configurações geopolíticas em "Estratégias reais para uma ficção: a imaginização do outro e o fechamento das fronteiras". Já o artista Paulo Zeminian traz um relato sobre as atuações do Coletivo MIGRANTO e projetos que unem arte e política, como as ações do grupo Bread and Puppet.

Há uma grande contribuição para o campo da antropologia na publicação. Marília Fabbro aborda os desdobramentos políticos e sociais oriundos de classificações jurídicas, utilizadas muitas vezes sem a devida reflexão por meios de comunicação e pesquisadores em "As categorias de refugiados no sistema internacional de asilo". Já o colombiano Gabriel Angel Jimenez Lopez enfatiza a dramática situação do país que possui o maior contingente de refugiados internos do mundo. A professora de ciências políticas Rosemary Segurado traz a mensagem da artista sul-africana Nduduzo Siba pela forma de resistência artística. Sylvie Mutiene ainda nos dá um depoimento pessoal da experiência no Brasil; Artur Matuck e Paula Alvez nos dão poesia escrita e visual.



As imagens que abrem os artigos desta edição foram produzidas em oficina organizada pelo artista Paulo Zeminian junto ao Centro de Acolhida Bela Vista. Entre os artistas, estão: Aaron Awak, Valquíria Lage, Regina Lopes Moreno e Wesley Cesar Botto.

Os Direitos Humanos em Tradições Oraís Africanas: um estudo da Carta Mandinga

Victor Martins de Souza

Doutor em História Social pela PUC-SP.



Palavras-chave: carta mandinga, direitos humanos, eurocentrismo, história oral, descolonização.

Keywords: Kurukanfuga charter, human rights, eurocentrism, oral history, decolonization.

O homem é todo ele uma palavra inteira

(Provérbio bambara)

O tempo presente se constitui em momento oportuno para um melhor conhecimento sobre as culturas africanas e suas respectivas histórias, a partir do qual uma visão menos ocidentalizada e racista sobre os temas africanos e afro-brasileiros passa a ser um elemento concreto. Das últimas décadas para cá, tem aumentado gradativamente o interesse por “escovar a história a contrapelo”, para usar expressão de Walter Benjamin. Percebe-se, igualmente, que, antes da chegada às Américas e ao Caribe, as inúmeras comunidades de africanos possuíam concepções e visões de mundo fortemente atreladas às suas tradições. A organização social dos quilombos, os cultos aos orixás no candomblé, o rigoroso treinamento corporal presente na capoeira ou o contratempo característico de ritmos musicais como o lundu, o maxixe e o samba não são valores desenraizados do continente africano, pois o conteúdo base dessas práticas já coexistiam na região da África do Oeste, aqui resignificados e reincorporados.

Diante dessa incômoda realidade que consiste em estudar a História da África a partir dos chamados “temas clássicos”, pensadores como Olabiyi Yai, do Bênin, ressaltam a importância de estudar os temas africanos por intermédio de novas perspectivas e aplicando novos métodos. Yai reivindica que, na produção acadêmica, os trabalhos sejam também produzidos em línguas africanas, visto que não são poucos os autores que escrevem sobre o continente sem mesmo conhecerem as línguas africanas. No dizer de Olabiyi Yai, “os linguistas deveriam levar mais a sério este problema da exclusão das línguas africanas dos espaços oficiais [...] a faculdade da linguagem é o que nos distingue dos animais, e a língua é o primeiro direito humano”. A indagação de Yai vai ao encontro da observação do filósofo queniano Wu Ngugi Thiong’o, o qual resalta a necessidade, na produção literária contemporânea, de que os autores africanos escrevam cada vez mais nas suas línguas, enquanto forma de captar melhor a visão de mundo de suas comunidades.

As preocupações de Thiong’o e de Yai são bastante pertinentes, pois abrem espaços para uma crítica historiográfica no que se refere ao estudo e ensino de

História da África. Outros autores como o economista Carlos Lopes, da Guiné-Bissau, também se inserem nesse debate. Lopes observa que “é do conhecimento comum o facto da historiografia do continente Africano ter sido até aqui dominada por uma interpretação simplista e reducionista da complexidade efetiva que oferece”. Segundo o autor, até mesmo pesquisas recentes sobre história da África foram fortemente influenciadas pelos métodos historiográficos europeus, a exemplo da preocupação em elaborar uma narrativa que justificasse o passado dos recém-independentes Estados africanos modernos, em comparação a outras regiões do mundo. “Na busca incessante dos fatos produtores de uma projeção da historicidade reconhecida, [...] inventaram-se nobres, aristocracias, descobertas; promoveram-se a heróis continentais personagens de História local”, destaca Lopes, a exemplo do que ocorreu com na historiografia de influência ocidental.

No entanto, o autor reconhece que, se na contemporaneidade, os intelectuais africanos abordam esse assunto por esse prisma, como as indagações trazidas por Thiong’o, Yai e o próprio Lopes, isso se deve a críticas suscitadas por historiadores como Théophile Obenga, Tamsir Niane e Cheick Anta Diop, que refletiram sobre os rumos historiográficos de seus trabalhos sobre o continente africano. Parte desses historiadores, como o guineense Djibril Tamsir Niane, em suas reflexões sobre a historiografia do continente, destacam o papel das tradições orais para o estudo do passado africano, constituindo-se enquanto fonte importante para o estudo dos temas africanos.

A esse respeito, é importante destacar a forma de transmissão de um documento histórico do século XIII, que foi preservado e veiculado por meio de tradições orais, na região da África do Oeste. Esse documento, denominado Carta Mandinga ou Pacto de Kurukanfuga, já trazia à época preocupações no que se refere à preservação da vida, à organização das relações comunitárias, conservação e respeito à natureza, aos direitos e obrigações entre povos de diferentes culturas, às questões relacionadas à educação e à representatividade política. Um estudo mais cuidadoso em relação a esse documento histórico, que, inclusive, foi tombado pela Unesco, em 2009, como Patrimônio Intangível da Humanidade, demonstra que os

povos africanos tem muito a dizer sobre os chamados Direitos Humanos e Direito dos Povos.

Surgida entre os povos malinké e bambara, a Carta Mandinga foi igualmente a legislação que regulamentava a vida comunitária no bojo do antigo Império do Mali, cujo poder girava em torno do maghan (imperador) Sundjata Keita. Ficou a cargo da Irmandade dos Caçadores malinké e bambara a preservação da Carta Mandinga, considerando a importância dos caçadores no seio da comunidade tradicional, tendo em vista que o próprio imperador também possuía o título de simbon (caçador).

Entre os povos mandinga, as atividades da caça são representadas pelos elementos toni ni kala - ton, a aljava, e kala, o arco, que também podem, simbolicamente, remeter a outros instrumentos de caça, como o fuzil e o chifre, usados em rituais de admissão de um novo membro da comunidade de caçadores, denominados pelos mandinga como donso ou simbon. No rito de iniciação pelo qual deve passar um caçador, a aljava e o arco se fazem presentes. Ainda hoje, a República do Mali faz referência a esse documento histórico do século XIII, e o brasão de armas do exército desse Estado é a aljava e o arco (ton ni kala).

No final da década de 1990 e início do ano 2000, foram organizados pelo Centre d'Études Linguistiques et Historiques par la Tradition Orale (CELHTO)¹ encontros para discutir a Carta Mandinga e os recursos empregados em sua respectiva transmissão. Com sede em Niamey, no Níger, o CELHTO evidenciou a importância e o significado da Carta Mandinga para o passado dos povos africanos, lançando as bases para a organização de importantes encontros sobre o tema. No total, o CELHTO patrocinou uma série de quatro encontros entre radiocomunicadores, chefes tradicionais e estudiosos do patrimônio oral africano. Labé (1997), na República da Guiné, Mopti (1999), no Mali, e Niamey (2002), no Níger, foram lugares que sediaram esses encontros, que contaram com a presença de intelectuais e artistas africanos, como Youssouf Tata Cissé, Boubacar Boris Diop, Dijibril Tamsir Niane, Sékéné Mody Cissoko, Kamissoko de Kri-na, Ousmane Huchard Sow e Cheick Hamidou Kane, só para citar os de maior destaque. Nos termos do relatório

¹ Em francês, Centro de Estudos Linguísticos e Históricos para a Tradição Oral.

final deste encontro, elaborado em 29 de julho de 2004, a "recuperação" das questões suscitadas pela Carta Mandinga abriu espaço para uma série de projetos que, possivelmente, contribuíram para o tombamento da Carta Mandinga (Kurukanfuga) pela Unesco, em 2009, como Patrimônio Intangível da Humanidade.

•

As dificuldades de analisar as dinâmicas históricas africanas a partir de categorias "emprestadas" do Ocidente nos obrigam, inclusive, a problematizar determinados conceitos, a exemplo do termo império, muitas vezes usado para se referir ao Império do Mali. De acordo com Rivair Macedo, se comparado à noção de Império ocidental (a exemplo do Império Romano), o Império do Mali tinha mais uma acepção associada à ideia de mando, autoridade, mas não de território. Nos termos de Macedo, na realidade social africana antiga, as fronteiras fixas e a territorialidade não constituem indicativos necessários para o exercício do poder. Nesse sentido, a influência do maghan (imperador) dependia, em partes, do poder bélico que dispunha do reconhecimento da sua autoridade pelos chefes dos clãs, da capacidade de imposição de tributos aos povos submetidos ou aliados e da eficácia na distribuição e aplicação da justiça. Interessante notar que muitas das concepções de poder trazidas por Sundjata, quando da sua entronização, já estavam presentes no seu processo de formação como "rei caçador" (simbon), a exemplo de alguns dos 16 reis que o sucederam. Interessante notar que muitos aspectos relacionados a essas dinâmicas da história política africana, a exemplo da história do Império do Mali, nos chegam por meio das tradições orais.

A esse respeito é bom enfatizar que as culturas de matrizes orais possuem formas de transmissão cujos elementos são, por vezes, incompreensíveis aos olhos das sociedades ocidentais, que elegeram a escrita como forma predileta de mediação de conhecimento. Possivelmente, isso explique o motivo pelo qual os valores, os conhecimentos e as filosofias das comunidades tradicionais africanas, indígenas e caribenhas foram, por grande parte da comunidade acadêmica e científica, negligenciados, postura que é própria de sociedades que pensam a cultura e a história a partir de hierarquias ou

por meio de uma “narrativa única”, linear, no mais registrada em documentos escritos. Esse modo enviesado de conceber a história, que é próprio do ocidente, relegou as práticas das sociedades tradicionais ao silêncio, circunscrito naquilo que Diana Taylor denominou de tensão entre “arquivo e repertório”. No dizer da autora,

A lacuna entre o que eu chamo de arquivo e o repertório foi muitas vezes construída como existente entre a linguagem escrita e a oral. O arquivo inclui, mas não está limitado a, textos escritos. O repertório contém performances verbais - canções, orações, discursos - bem como práticas verbais. A pesquisa escrita / oral capta, em algum nível, a diferença entre o arquivo e o repertório que estou desenvolvendo neste trabalho, pois os meios de transmissão diferem, assim como os requisitos de conservação e disseminação (TAYLOR, 2015).²

Esta denegação do repertório em prol do arquivo teve por intuito produzir a aniquilação do “outro”, na medida em que impôs limites à compreensão de outras formas de vivência e de inserção no mundo. Houve, entretanto, estratégias criadas por comunidades de matrizes orais com o propósito de preservarem as suas culturas, seu modo de vida e o seu legado sócio-histórico, conforme observou Taylor. O estudo da cultura mandinga, nesse sentido, bem como a forma pela qual a Carta Mandinga (Kurukanfuga) foi preservada e transmitida fornecem elementos relevantes para a compreensão dos modos de transmissão e preservação de viveres em que o poder da palavra se revela no cara-a-cara, muito distante do discurso incorporado letrado. Suas características se assemelham em muito a outras civilizações e comunidades que vivem em exercícios de “lógica oral”, em que os va-

² La tensión entre lo que llamo el archivo y el repertorio ha sido construida, a menudo, como existente entre el lenguaje escrito y el oral. El archivo incluye, pero no se limita a, textos escritos. El repertorio contiene performances verbales – canciones, rezos, discursos – así como prácticas no verbales. La división escrito/oral capta, em cierto nivel, la diferencia entre el archivo y el repertorio que estoy desarrollando em este trabajo, em tanto los medios de transmisión difieren, así como lo hacen los requerimientos de conservación y diseminación.

lores performatizados são preservados por meio de uma “transmissão corporalizada”.

A transmissão de um conhecimento pela palavra não é menos eficaz do que pelo suporte escrito. Ambos possuem, no bojo da comunidade, independente da forma e da informação que é transmitida, o estatuto de ciência, podendo ser algo que remeta a um conhecimento técnico, especializado ou a um saber-fazer, como um conjunto de normas legais que regem a vida comunitária ou um conhecimento medicinal ensinado pela tradição.

A título de análise, a Carta Mandinga tem sido, ao longo dos anos, dramatizada oralmente, em performances reatualizadas e ressignificadas, em que o cerimonial da criação da Carta, juntamente com a Gbara (Assembleia Geral) com representantes dos 12 reinos, tem sido uma constante no sítio de Kurukanfuga, que forneceu seu nome à denominação original da Carta Mandinga. Performances revelam valores criados no bojo da vida comunitária e atualizado no decorrer dos tempos, por vezes, em seus atuais suportes radiofônicos e televisivos, conforme ocorreu com a Carta.

A Carta Mandinga apoiou-se em juramento tradicional da Irmandade dos Caçadores, cujo sentido remete ao ato de organizar a vida comunitária por meio de expressões que são, igualmente, modos de construção de vida. Essa observação pode ser um ponto de partida para compreender o porquê e o como deste documento ter perpassado e sobrevivido aos dias atuais. A forma de transmissão desse documento oral passa, necessariamente, por peculiaridades de modos de vida da comunidade mandinga, por meio do qual valores são veiculados e preservados a partir da proeminência que é dada à palavra, em que mito e realidade não se excluem, mas se conjugam e se enredam na comunidade.

A transmissão da Carta, via recursos audiovisuais de regimes orais de comunicação, além de performances, iconografias, gestualidades colocadas em cena, tem por aspecto embrionário o mito de Sanènè e Kòntròn. Uma vez adaptado como juramento, o mito, a posteriori, fundamentou a base da Constituição do Império do Mali, à época, chancelado pelo soberano Sundjata Keita. O Juramento dos Caçadores, por conseguinte, foi o embrião dos 44 artigos da Carta Mandinga, inicialmente denominada Kurukanfuga, estabelecida durante grande assembleia (Gbara) que envolveu todas as co-

Carta Mandinga (Manden Kalikan ou Kurukanfuga)

A Carta Mandinga, que traduzimos aqui é apontada como um dos primeiros modelos de constituição e também dos direitos humanos. Elaborada no século XIII, determina a divisão de poderes, estabelece liberdades cívicas, protege as atividades profissionais, a integridade física dos súditos do império e dos seus bens. Além disso, proíbe a escravidão e impunha a obrigação de indenização por danos sofridos.



Representação da carta mandinga gravada pela rede de televisão pública do Mali ORTM.

I. Da organização social

Artigo 1: A sociedade do grande Manden está dividida em dezesseis tontajon (portadores de aljavas), cinco morikanda lolu (marabus muçulmano), quatro nyamakalas (homens de casta), um mofé molu (representante da classe dos servos). Cada um destes grupos desempenha uma função e uma função específica.

Artigo 2: Os morikanda lolu devem dizer a verdade aos chefes, serem seus conselheiros e, por meio da palavra, defenderem as regras estabelecidas e a ordem sobre a Assembleia do reino.

Artigo 3: Os morikandas lolu são nossos mestres e nossos educadores no Islã. Todos devem a eles respeito e consideração.

Artigo 4: A sociedade está dividida em "classes" de idade. Para representar cada uma delas será eleito um chefe. Fazem parte de cada classe de idade, pessoas (homens ou mulheres) nascidas no período de três anos consecutivos. Os kangbés (jovens e velhos estrangeiros) devem ser convidados a participar na tomada de grandes decisões a respeito da sociedade.

Artigo 5: Cada um tem direito à vida e à preservação de sua integridade física. Por consequência, todo atentado contra a vida de seu próximo será punido por pena de morte.

Artigo 6: Para alcançar a prosperidade, é instituído o kön gbèn wölö (um modo de subserviência) para lutar contra a preguiça e a ociosidade.

Artigo 7: É instituído entre os mandinga, o Sanankuya (reunião familiar) e o Tanamanyoya (um modo de totemismo). Em conformidade, nenhuma pessoa nascida fora destes grupos deve ser prejudicada, tendo-se o respeito por regra. Entre cunhados e noras, entre avós e os pequenos, a tolerância e os apartes devem ser o princípio.

Artigo 8: A família Keita é designada como família reinante sobre o Império.

Artigo 9: A educação das crianças compete à comunidade. A paternidade é responsabilidade de todos.

Artigo 10: Voltemo-nos mutualmente condolências.

Artigo 11: Quando a sua mulher ou o seu filho fugir, jamais persegui-lo na casa de seu vizinho.

Artigo 12: Sendo a sucessão patrilinear, nunca conceder o poder a um filho enquanto um de seus antepassados vive, nunca dê a um menor porque ele possui ligações.

Artigo 13: Não ofender jamais os nyaras.

Artigo 14: Não ofender jamais as mulheres, nossas mães.

Artigo 15: Nunca colocar a mão sobre uma mulher casada, não sem antes, ainda que sem sucesso, ocorrer a intervenção de seu marido.

Artigo 16: As mulheres, para além das suas ocupações cotidianas, devem estar associadas a todos os nossos governos.

Artigo 17: As mentiras que viveram 40 anos devem ser consideradas como verdades.

Artigo 18: Respeitemos o direito da primogenitura.

Artigo 19: Todo homem é padrasto duas vezes: pois são pais da filha que nunca tiveram e são pais da palavra que pronunciaram sem nenhum constrangimento. Às duas funções, deve-se respeito e consideração.

Artigo 20: Nunca maltrate o seu servo, dê-lhes um dia de descanso por semana e ordene que eles cessem os trabalhos em momentos razoáveis. Somos mestre do servo e não da bolsa que ele carrega.

Artigo 21: Não possuas assiduidades às esposas do chefe, do vizinho, do marabu, do feiticeiro, do amigo e do sócio.

Artigo 22: A vaidade é sinal de fraqueza e a humildade é sinal de grandeza.

Artigo 23: Não traiam uns aos outros. Respeite a palavra de honra.

Artigo 24: Nunca faça mal aos estrangeiros.

Artigo 25: Aquele que se encarrega de uma missão, nada deve arriscar no mandinga.

Artigo 26: O touro confiado não deve se dirigir à frota.

Artigo 27: A jovem menina pode ser concedida em casamento, independente da idade, desde que tenha ela atingido a puberdade. A escolha de seus pais é a que vigora, independente do número de candidatos.

Artigo 28: O jovem homem pode se casar a partir dos 20 anos.

Artigo 29: O dote é fixado em três bois: um para a noiva, e dois para os pais.

Artigo 30: Deve-se ajudar àquele que tem necessidade.

II. Dos Bens

Artigo 31: Há cinco formas de adquirir a propriedade: por compra, por doação, por troca, por trabalho e por sucessão. Qualquer outra forma sem testemunho que a

comprove, constitui em equívoco.

Artigo 32: Todo objeto que não possua proprietário conhecido, somente deve ser de propriedade comum após quatro anos.

Artigo 33: A quarta novilha nascida de um único parto torna-se propriedade de um guardião.

Artigo 34: Em uma troca, um boi equivale a quatro carneiros ou quatro cabras.

Artigo 35: De cada quatro ovos, um pertence ao guardião da galinha poedeira.

Artigo 36: Satisfazer sua fome não é roubo, se nada carregar em seu saco ou em seu bolso.

III. Da preservação da natureza

Artigo 37: Fakombé é designado chefe dos caçadores. Encarregado de preservar a floresta e os seus habitantes, para a felicidade de todos.

Artigo 38: Antes de pôr fogo na floresta, não olhe a terra, erga a cabeça na direção da copa das árvores.

Artigo 39: Os animais domésticos devem ser recolhidos durante os cultivos, liberados após as colheitas. O cão, o gato, o pato e a ave doméstica não estão submetidos a esta medida.

IV. Disposições Finais

Artigo 40: Respeite o parentesco, o casamento e a vizinhança.

Artigo 41: Mate o seu inimigo, não o humilhe.

Artigo 42: Nas grandes assembleias, esteja satisfeito com os legítimos representantes e tolerem-se uns aos outros.

Artigo 43: Balla Fassèkè Kouyaté é designado como grande chefe de cerimônias e mediador principal do Manden. A ele é permitido estar com os membros de toda a comunidades, prioritariamente com a família do Imperador.

Artigo 44: Todos aqueles que infringirem estas regras serão punidos. Cada um é responsável pela aplicação estrita destes artigos.

munidades formadoras do Império do Mali. Coube a Sundjata Keita essa articulação entre a Carta Mandinga e os caçadores da comunidade mandinga.

Tradução e contextualização da Carta Mandinga (Manden Kalikan ou Kurukanfuga)

A Carta Mandinga, ou Pacto de Kurukanfuga, ou ainda Manden Kalikan se apresenta como uma verdadeira constituição *avant la lettre*, a julgar pelo seu caráter pioneiro no que se refere à busca e preservação de vida comunitária, a partir de valores que, no Ocidente, denominam-se enquanto direitos humanos. Traz em seu bojo preocupações em torno da proteção da vida, da correlação de forças político-cosmológicas e da equidade entre os homens, não se limitando somente a tais atenções. Versa também sobre a fraternidade entre os membros de uma comunidade, a proteção ao meio ambiente e os bens comunitários pertencentes às famílias. O direito ao cuidado com as crianças e com a sua educação, por exemplo, também é um assunto contemplado pela Carta, chamando a atenção o fato de que: “a educação das crianças compete ao conjunto da sociedade. A paternidade é responsabilidade de todos (Carta Mandinga, art. 9).

A natureza contemporânea do conteúdo da Carta Mandinga tem levado muitos estudiosos a empreender um cotejamento com documentos correlatos, atuais e de outras épocas, conhecidos no Ocidente, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, criada após a Revolução Francesa (1789), ou ainda, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, ainda são poucos os trabalhos que mencionam o Pacto de Kurukanfuga, notadamente pelo fato dele surgir por meio de um suporte oral, pela civilização oral dos povos mandinga. São mais raros ainda os trabalhos que analisam ou buscam compreender a Carta a partir dos valores de sua comunidade.

A versão presente neste artigo é a primeira tradução para a língua portuguesa, que contém todos os 44 artigos da Carta. No trabalho de tradução, os termos em francês foram cotejados com os originais em bambara, a partir de pesquisas em dicionários do idioma africano e de publicações bilíngues (bambara-francês). Assim, buscou-se manter o sentido do texto mais próximo ao idioma original, sendo que alguns termos foram mantidos em língua bambara, tais como: tontajon (portadores de aljavas), mofé molu (servos), kangbés (jovens e velhos estrangeiros), categorias analisadas e explicadas na análise do documento, que se encontra após a tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: o Carnaval e a Persistência da Performance Estética Africana na Diáspora. In: *Journal of Black Studies*, v.37, n.6, Julho de 2007.

YAI, Olabiyi. A África de que não se fala. Seminário Internacional. Universidade de São Paulo (USP), Centro de Estudos Africanos – CEA, 13 de Novembro de 2017.

THIONGO, Ngugi wa. *Décoloniser l'esprit*. Paris: La Fabrique, 2011.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida – historiografia feita por africanos. In: *Actas do Colóquio Contrução e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995.

MACEDO, José Rivair. Sundjata Keita e a reinvenção das tradições orais Mandingas da África Ocidental. In: MORTARI, C.; SOUZA, F.F. (org). *Estudos Africanos – questões e perspectivas*. Tubarão/SC: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.

KONARÉ, Ouma. La notion de pouvoir dans l'Afrique traditionnelle et l'aire culturelle en particulier. In: VVAA. *Le concept de pouvoir en Afrique*: Paris: Unesco, 1981.

TAYLOR, Diana. *El archivo y el repertorio: La memoria cultural performática en las Americas*. Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

NIANE, D.T. *Relatório CELHTO*, 1998.

Comunicação em rede nas comunidades migrantes

Migração, Práticas Sócio-Culturais e Usos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Sofia Cavalcanti Zanforlin

Doutora em Comunicação Social pela UFRJ.
szanforlin@gmail.com • www.migracult.com.br



Introdução

Esta comunicação apresenta os resultados da pesquisa Migração e Comunicação Intercultural: fluxos transnacionais, interferências locais e uso das TICs¹, cujos objetivos são estudar as práticas sócio culturais transnacionais, a partir dos usos das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), realizadas pelos migrantes residentes no Distrito Federal. A pesquisa observa como as TICs afetam o funcionamento dos recentes fluxos migratórios, ou seja, o planejamento, a trajetória e a negociação de pertencimento local, sem se esquecer da manutenção dos vínculos identitários, afetivos, culturais e políticos com o país de origem. As premissas partem das seguintes perguntas: podemos qualificar os recentes fluxos migratórios para o Brasil como um fenômeno transnacional? Em caso positivo, qual o papel das TICs nas trocas informacionais entre os migrantes? Como essas tecnologias interferem e recriam práticas socioculturais no processo de pertencimento do migrante?

Como transnacionalismo, entende-se o envolvimento de migrantes, suas redes de relações sociais constituídas em território, ou por entre fluxos comunicacionais na internet, e as instituições locais e internacionais que suportam essas relações que se desenvolvem para além das fronteiras de cidades ou estados (ver Vertovec, 2009; Portes et al, 1999; Glick Schiller et al, 1992). Transnacionalismo, portanto, compreende ações que vão desde remessas de dinheiro entre países, em que as trocas comunicacionais via TICs dão o suporte para o fluxo, tanto de dinheiro quanto de informação, aos deslocamentos de bens e pessoas necessários para empreender essas trocas, bem como o fluxo de bens culturais que inevitavelmente circulam por entre essas redes, cujo intuito primordial é o de subverter as limitações impostas pelas precárias condições de vida em suas localidades de origem e combinar estratégias que possibilitem o trânsito e a busca de um lugar onde possam reconfigurar suas vidas.

I. A pesquisa: TICs e migrações contemporâneas

Os estudos que relacionam as migrações às tecnologias da informação e da comunicação já trouxeram várias

¹ A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa, CNPQ e realizada na Universidade Católica de Brasília.

contribuições teóricas, tanto para o entendimento das características das migrações contemporâneas, quanto para complexificar o entendimento acerca das potencialidades e das práticas em torno das TICs. De acordo com esses estudos (M. Castels, S. Vertovec, S. Castles, R. Cohen, A. Portes, A. Appadurai, N. G. Canclini), a internet, em especial o uso das redes sociais, teria possibilitado a comunicação entre aqueles que estão em contextos migratórios dispersos.

Por redes sociais, entendem-se, primordialmente, os conteúdos produzidos por usuários, não se restringindo aos sites especificamente voltados para esse fim, como Facebook ou Orkut, mas também aos fóruns, blogs e o Twitter. O fato é que enquanto muitos desses sites se organizam ao redor de pessoas, outros se constroem a partir de comunidades de interesse (PAIVA, 2007). Assim, eles possibilitam a criação de uma esfera pública onde qualquer informação acerca de um assunto de interesse pode ser obtido. Essas informações podem ser concebidas como uma “forma de resistência às medidas cada vez mais restritivas às migrações” (Dekker, Engbersen, 2012), uma vez que acabam fornecendo pistas de como conseguir fazer a viagem e, uma vez chegado ao destino pretendido, quais os caminhos para obter a documentação, para conseguir trabalho e moradia. Esses canais de troca e de informação abertos pelas mídias sociais podem tanto incrementar a possibilidade real de migrar como alimentar as aspirações de quem deseja a mudança.

II. Migrantes participantes da pesquisa

No recorte da pesquisa, detemo-nos sobre migrantes que estão à margem da chamada migração qualificada. Os grupos selecionados para compor o corpus constituem-se como um fluxo migratório recente, sob a chancela da “migração econômica”, no caso dos bengaleses, paquistaneses e ganenses. Esses migrantes entram em território brasileiro muitas vezes de forma irregular e desenvolvem rotas que fomentam novos fluxos de compatriotas, como também de migrantes de outras nacionalidades, que chegam ao país para tentar reconstituir suas vidas.

Os migrantes muitas vezes, recorrem a formas não convencionais em suas trajetórias de locomoção, submetendo-se à ação de outras pessoas a quem têm que pagar

para realizar suas viagens. Estas prometem facilitar a entrada dos migrantes no país sem passar pelos controles oficiais. No Brasil, os migrantes solicitam o status de refugiado não porque, necessariamente, se enquadram nas condições recomendadas pela Convenção de Genebra para o reconhecimento, mas porque o status de refugiado passa a ser buscado também como uma possibilidade de entrada no país, uma vez que a legalização de sua permanência é facilitada nessa condição, em contraste com as burocracias e entraves por que passam os migrantes apontados como “econômicos”. É preciso ressaltar que, no Brasil, como solicitante de refúgio, migrantes conseguem a documentação necessária para procurar trabalho e até o auxílio financeiro dos órgãos que os assistem enquanto seu processo é analisado. Portanto, os fluxos migratórios delimitados para a pesquisa têm o Distrito Federal como lugar tanto de passagem como de destino. A maior parte do grupo de migrantes de Bangladesh, Paquistão e Gana estabelecem-se em Samambaia Norte.

III. A metodologia empregada

Segundo A. Portes et al. (1999), um estudo que pretenda investigar a migração transnacional deve começar pela apreensão das histórias e das atividades dos indivíduos: da coleta de dados a entrevistas individuais. Essa ação tornaria possível delinear as redes que viabilizam a migração transnacional, assim como identificar os elementos que as constituem, como as formas elegidas de comunicação, se via internet ou telefônicas, as formas de trocas de bens ou de remessas, bem como os percursos e os deslocamentos envolvidos. Ressaltando-se que por percursos transnacionais entende-se uma constante troca de informações e experiências entre o país de origem e o lugar no qual o migrante passa a viver. Essa troca se dá, muitas vezes, por meios das TICs, que, por sua vez, possibilitam uma experiência duplamente local: do cotidiano daqueles que ficaram com a vivência daqueles que mudaram.

No recorte dos grupos migrantes, optamos por incluir os que estivessem morando no Distrito Federal com no mínimo um ano de residência. As questões propostas no roteiro de entrevistas incluíam: motivos para a escolha do destino e quais fontes de informação, de onde ou de quem o migrante obteve informações sobre o Brasil

e sobre Brasília; que meios alimentaram a sua aspiração em migrar: TVs, cinema, jornais, mídia migrante, fóruns sobre migração. No uso efetivo das TICs, foi perguntado quais os canais de comunicação usados, se e-mail, telefone, redes sociais. Havia também questões que abordassem os laços transnacionais: informações sobre o entrevistado; como se comunica com seus familiares e outras pessoas de seus laços sociais no país de origem e como isso foi afetado; quais meios utiliza para manter contato (e-mail, telefone, cartas, redes sociais, ou Skype). Questões que dessem pistas acerca das práticas interculturais, isto é, à forma como o migrante se informa sobre seu país de origem como o que usa para negociar seu pertencimento ao Brasil, se ouve rádio, lê jornais, se tem grupos criados na internet.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e pelas alunas de Iniciação Científica, primeiramente na sede do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, IMDH, e posteriormente, por esta pesquisadora, nas visitas de campo a Samambaia Norte, em Novembro de 2014, Dezembro de 2014 e Março de 2015.

IV. Práticas Sócio-Culturais e usos das TICs

O telefone de Mamadou toca, ele pede licença para atender e depois retorna com a pergunta, é a minha mulher, você quer falar com ela? Sua mulher ligava de Acra, capital de Gana, usando o aplicativo “Viber” (relato de experiência de campo, março de 2015). Said recebe ligações sem cessar, quando perguntado, “quem te liga”, responde que eram amigos do Paquistão. Said também faz uso do mesmo aplicativo que permite fazer ligações internacionais usando o pacote e dados da operadora de telefone, ou por Wi-Fi compartilhado na residência (relato de experiência de campo, novembro de 2014).

Dentre as variadas possibilidades de dispositivos tecnológicos de comunicação, o telefone, com destaque para o celular com múltiplas funções, os chamados “smartphones”, figura como o principal usado pelos migrantes entrevistados por esta pesquisa. Quase todos possuíam “smartphones”, e aqueles que detinham um celular simples, ou seja, sem conectar a internet, faziam uso de cartões telefônicos para ligar para o exterior, ou usavam o smartphone do amigo (apenas um entrevistado, de 21,

até o momento, mencionou o uso de computador em uma lan house). De qualquer modo, os usos do smartphone apontam para funções diversas, desde a mais primordial, uso para ligações para o lugar de origem com o intuito de manter contato com a família e amigos, como para se informar, principalmente sobre o que se passa no país deixado, ou referência de contato para possíveis oportunidades de emprego, desta vez no novo lugar, e, sobretudo, para entretenimento.

Manuel Castells, em palestra de abertura do IAMCR2014, afirmou que os celulares são a tecnologia de comunicação mais importante nas famílias pobres e ressalta que

em torno de 7 bilhões de pessoas no mundo fazem uso deste dispositivo. Com este argumento, o autor cunhou o termo “myself communication” para se referir às trocas e aos fluxos comunicacionais travados via celular, ou ainda a comunicação “soul to soul”. De fato, como explicado acima, percebemos que os telefones ocupam uma função central no cotidiano dos migrantes. Por meio deles, é possível participar do cotidiano familiar e amenizar as dificuldades da distância. Não seria plausível afirmarmos com um mínimo de critério por quanto tempo estes vínculos resistiriam às distâncias e à não-presença, no entanto, existe, por outro lado, a aposta da reunião familiar em que os contatos diários e instantâneos tornam-se o combustível para que esta expectativa seja renovada. Como afirma S. Vertovec, “os tempos mudaram, eles ainda estão fisicamente distantes, mas agora podem sentir e funcionar como uma família” (2009, p. 58).

Amin está sentado na varanda do seu apartamento na Asa Norte. Enquanto fuma um cigarro, acompanha notícias da Síria e fala com um primo sobre a reconquista de parte do terreno da família, que estava em uma disputa judicial. A partir desta decisão, seu primo não corre mais riscos de perder as cabras que cria no terreno. Suas fi-

Estar informado sobre o que acontece no país de origem, e mais importante ainda, no meio social do qual se fazia parte, é uma maneira não só de manutenção de laços, mas de confirmação do capital social dentre os membros de uma família ou outro grupo, como de amigos ou colegas de trabalho.

lhas estão no quarto, onde, pelo notebook e por meio do canal Youtube, assistem a um seriado produzido na Turquia, mas que, segundo elas, “conta tudo que está se passando na Síria neste momento”. A família, incluindo a esposa de Amin, está envolvida na produção de doces árabes, para isso mantêm uma página na rede social Facebook e um site em construção. A logomarca e estética tanto do site quanto da página do Facebook foram construídas pelo cunhado que mora em Beirute, no Líbano. Para os textos em português, ele usou o Google Tradutor. Este procedimento é um exemplo de como se desenvolvem práticas trans-

nacionais por meio da utilização das TICs e facilitada pela Internet.

Além do reforço dos laços sociais e afetivos, um outro aspecto do uso das TICs mapeados na pesquisa é o da informação e do entretenimento. Estar informado sobre o que acontece no país de origem, e mais importante ainda, no meio social do qual se fazia parte, é uma maneira não só de manutenção de laços, mas de confirmação do capital social dentre os membros de uma família ou outro grupo, como de amigos ou colegas de trabalho, por exemplo. Como explica Vertovec,

Redes conectam migrantes através do tempo e espaço. Uma vez começada, os fluxos se tornam auto-sustentáveis, refletindo o estabelecimento de redes de informação, assistência e obrigações que se desenvolvem entre migrantes e a sociedade que os acolhe e amigos e parentes na área para onde se enviam. Estas redes ligam populações na origem e nos países receptores e asseguram movimentos que não são necessariamente limitados pelo tempo, unidirecionais ou permanentes (2009, p. 38).

Ainda, segundo o autor, a migração em si mesma pode ser observada pelo processo de construção de redes, “a migração é um processo que tanto cria como reforça a criação de redes” (p. 39), o que se pode ressaltar como novo, uma vez que as redes são uma outra face do fenômeno, é que com a participação das TICs têm-se a relativização do tempo e do espaço, repercutindo em alterações estruturais e consolidando as práticas transnacionais. A constituição das redes são fundamentais, tanto para os vínculos com suas origens como encontrar empregos, acomodação, circulação de bens e, também, para apoio psicológico e contínua informação social e econômica: “Redes sociais constantemente mudam migrantes para ou através de lugares e ocupações específicas. Mercados de trabalho locais podem ser linkados através de relações interpessoais e organizacionais que atuam junto aos migrantes” (VERTOVEC, 2009, p. 38). Assim, as redes fazem a ponte do migrante com a sua história passada e com o futuro.

Considerações Finais

Podemos afirmar que as TICs fazem parte do processo migratório transnacional. Para além desta obviedade, podemos destacar que, de todos os dispositivos, o telefone celular, com atenção para o smartphone, configura-se como o dispositivo mais usado. Ressalte-se que os preços dos aparelhos têm diminuído, assim como as formas de adquiri-lo, além da praticidade e mobilidade que esta tecnologia confere. O telefone conectado à internet possibilita ao migrante manter-se próximo, ainda que não esteja presente, de seus familiares, permite a possibilidade de contato com a nova sociedade, além de se tornar um meio de escape para quem não possui condições de investir em distrações e cultura. Para S. Vertovec, a combinação entre telefone/smartphone somada ao barateamento das ligações internacionais, onde acrescentamos o uso dos aplicativos que permitem a instantaneidade na troca de mensagens e ligações, seriam a “cola social das migrações transnacionais” (2009, p. 54).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. 2004. Dimensões Culturais da Globalização. Lisboa, Editorial Teorema.

CASTELLS, Manuel, FERNÁNDEZ-ARDÉVOL, Mireia, QIU, Linchuan Jack, SEY, Araba. 2007. Comunicação Móvel e Sociedade. Uma Perspectiva Global. Fundação Calouste Gulbekian.

DEKKER, Rianne; ENGBERSEN, Godfried. 2012. How Social Media Transform Migrant Networks and Facilitate Migration. IMI Working Papers Series, No. 64

PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis E., LANDOLT, Patricia. 1999. The Study of Transnationalism: pitfalls and promise as an emergent research field. *Ethnic and Racial Studies*. Volume 22 Number 2 March 1999 Routledge.

VERTOVEC, S. 2004. Migrant transnationalism and modes of transformation. *International Migration Review* 38(3):970-1001.

_____. 2009. *Transnationalism*. New York, Routledge

Haitianos em Uberlândia - MG

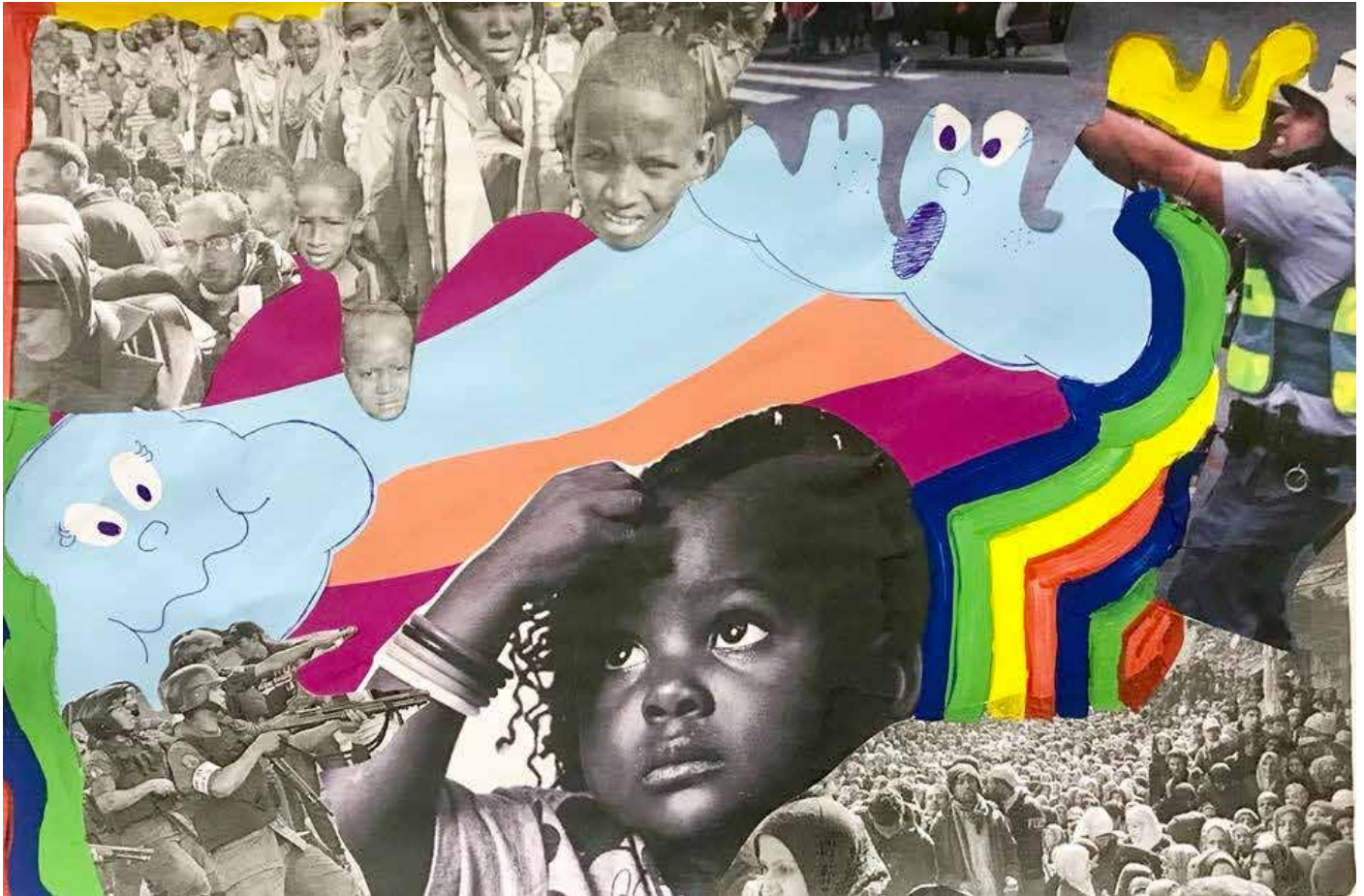
Rafaela da Costa Vechiato

Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, participante da ONG Enactus. r4vechiato@gmail.com

Larissa Godoi Pereira

Graduanda no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista institucional do Programa de Educação Tutorial - PET Ciências Sociais UFU. larissagodoi.pereira@uol.com.br

Valquíria Lage



PALAVRAS-CHAVE: imigração Sul-Sul; imigração haitiana; imigração haitiana no Brasil

KEYWORDS: South-South immigration; haitian immigration; haitian immigration in Brazil

RESUMO O artigo a seguir aponta as principais características da imigração haitiana na cidade de Uberlândia - MG, a partir de uma breve revisão teórica sobre fluxos migratórios Sul-Sul no Brasil, e trabalho de campo durante aulas de português para haitianos, no Projeto Nidus da ONG Enactus UFU em 2017-2018.

ABSTRACT The following article points out the main characteristics of Haitian immigration in the city of Uberlândia - MG, based on a brief theoretical review of South-South migration flows in Brazil, and fieldwork during Portuguese classes for Haitians, in the NGO Nidus Project Enactus UFU in 2017-2018.

INTRODUÇÃO: A IMIGRAÇÃO EM ESCALA MUNDIAL

Diversos fatores estimulam que pessoas migrem em escala mundial, cada qual com determinadas particularidades. A ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) aponta que mais de 65 milhões de pessoas no mundo foram forçadas a migrar. Para compreender o tema do artigo presente, é necessário que pensemos: por que pessoas enfrentam os riscos para atravessar fronteiras?

Uma vez que os Estados-nação dividem-se por linhas imaginárias historicamente construídas, são constituídas “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008), com as determinadas delimitações demográficas, culturais e econômicas. Ao mesmo tempo em que existe uma união global, a partir da ascensão do neoliberalismo, após 1970, com o início da globalização. De acordo com Antunes (1995), a essência da globalização é contraditória, pois a hierarquia¹ entre países permanece. Consequentemente, a lógica de funcionamento do capitalismo tem relação direta com a realidade do aumento de deslocamento de pessoas, como aponta Pietro Basso (2013). O autor afirma que a produção de desigualdade entre classes, povos, nações é a base da produção dos fluxos migratórios, tal como o mercado financeiro mundial.

A desigualdade global, as guerras, os desastres ambientais e o desemprego motivam as expulsões, de acordo com Saskia Sassen (2016). Podemos afirmar, portanto, que a imigração é o escape da marginalização presente no país de origem, e essa situação é uma tendência global, mesmo que marcada por características específicas a cada caso.

BRASIL NA ROTA DE IMIGRAÇÃO SUL-SUL E O FLUXO MIGRATÓRIO DE HAITIANOS

No Sul global, as migrações costumam ser movidas pela pobreza, desemprego, por guerras, questões am-

¹A hierarquia entre países existe desde a época do colonialismo, com o modo de produção forçado, diversas comunidades nativas exterminadas, tráfico de pessoas, e trabalho escravo (PRADO JR., 1976). Na modernidade, essa hierarquia acentua-se, pelo desenvolvimento dos países do Norte global e sua omissão de responsabilidade pelos inúmeros prejuízos causados às sociedades em que houve exploração.

bientais ou doenças, como revela Sassen (2016). De acordo com os últimos dados da OIM (2017), o Brasil tornou-se um ponto estratégico no fluxo migratório Sul-Sul, nos últimos anos. Por que pessoas de países periféricos migram para o Brasil, país que está fora do eixo tradicional de imigração?

Nos países do Norte global existe a forte presença do “racismo de Estado”² (BASSO, 2015), que manifesta-se por meio de políticas migratórias restritivas. O Brasil também reproduz a lógica do racismo de Estado, porém de forma mais flexível. A aprovação da Nova Lei de Imigração (Lei nº 13.445/2017) é um exemplo, pois substitui o “Estatuto dos Estrangeiros”, criado nos anos 1980 durante o regime militar, e avança questões como o combate a xenofobia e a preservação dos direitos humanos.

Diversos autores (Silva, Lima e Fernandes, 2017; Baeninger, 2017) apontam que a “integração econômica regional” é um fator atrativo para os imigrantes periféricos, ou seja o Brasil destacou-se nas relações internacionais como país emergente, desde sua inserção nos BRICS e no mercado internacional. Além do fato da exibição do país em nível internacional em eventos como a Copa do Mundo e Olimpíadas, que reforçam a ideia do Brasil como país caloroso e receptivo.

Dentro do quadro de migrações Sul-Sul no Brasil, o fluxo em massa de haitianos para o país, após o terremoto de 2010, destacou-se. Os imigrantes haitianos sofreram as consequências desse desastre natural, que intensificou a alarmante situação social do país. Todavia, os imigrantes ficaram em um “limbo” burocrático, pois não podem ser considerados refugiados, já que o refúgio é um instituto jurídico para proteger pessoas perseguidas que tem sua vida ameaçada e que necessitam de proteção internacional. Por não serem vítimas de perseguição política, não atendem aos requisitos do conceito de refugiado previsto na Convenção de 1951 e na legislação nacional (Lei 9474/97).

Existe uma contradição e desatualização das normas migratórias, como aponta Castles, “[...] os desastres de curta duração como os furacões, as secas, as cheias, os tremo-

²O racismo de Estado é destinado a precarizar ao máximo a existência dos trabalhadores imigrantes e, concomitantemente, a inferiorizá-los no plano jurídico e simbólico, seja perante si mesmos, seja perante as populações e os trabalhadores nativos”. (BASSO, 2015, p. 60.)

res de terras e os acidentes industriais podem ter importantes implicações políticas, não devido ao evento em si, mas às reações dos governos” (CASTLES, 2005, p. 68).

A relação entre o Brasil e o Haiti estreitou-se com a forte presença do exército brasileiro na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), que ocorreu entre 2004 a 2017. Consequentemente, foi construída uma imagem de “Brasil potência” no imaginário dos haitianos, e consequentemente a possibilidade de um projeto migratório (SASSEN, 1998).

O projeto migratório inicia-se com a jornada até o Brasil, sendo a principal rota partindo da capital Porto Príncipe, e por via aérea percorrer à Cidade do Panamá, deslocando-se até Quito, no Equador, ou Lima no Peru. Assim, a entrada no Brasil é feita através da fronteira do Acre com estes países, pela cidade de Assis Brasil ou Brasília, ou por Tabatinga, no Amazonas, de acordo com Fernandes e Faria (2016). Após a entrada, é comum que migrem internamente em direção ao sul e sudeste brasileiro.

De acordo com os dados oficiais do governo brasileiro (Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2013), os imigrantes são homens, em sua maioria. Eles percorrem a rota sozinhos, e estão sujeitos à violências como roubo e extorsão ao longo do trajeto. Em 2012, o Brasil e o Peru fecharam fronteiras e decretaram obrigatoriedade do visto para os haitianos, a fim de minimizar a precariedade do trajeto realizado por coites, e o aliciamento que poderiam levá-los ao trabalho escravo e rompimento familiar. A Resolução Normativa nº 97 do CNIG possibilitou a chance de solicitação de refúgio e visto permanente, justificando juridicamente a medida por razões humanitárias em relação ao terremoto de 2010. De fato, a Resolução minimizou a precariedade burocrática que existia até então, mesmo que isso implique na despolitização dos níveis de pobreza do Haiti, e das inúmeras marcas de violência, causadas por conflitos políticos e outras intervenções internacionais ao longo de sua história.

HAITIANOS PRESENTES EM UBERLÂNDIA

Uberlândia localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro e, apesar de não ser a capital do estado, é considerada a capital nacional da logística e maior polo atacadista da América Latina, com a presença de grandes empresas e indústrias nos setores alimentício, logístico e agronegócio.

Estima-se na cidade a presença de 200 haitianos, de acordo com dados da Prefeitura Municipal. Apenas 18 estão cadastrados no Centro de Referência de Assistência

Social (CRAS). É necessário apontar que em todo dado estatístico existem falhas, principalmente em relação à imigração periférica, uma vez que o racismo de Estado é muito presente. Inclusive, o próprio CRAS declara que não é comum os haitianos procurarem auxílio, mas sim a assistência procurá-los (FERNANDA RESENDE, 2015).

Espalhados por Uberlândia, os imigrantes haitianos costumam morar nos bairros Tibery, Planalto e assentamentos, além de concentrarem-se em sua maioria em Custódio Pereira, bairro periférico em que há sedes indústrias e metalúrgicas. A invisibilidade burocrá-

tica, e a falta de dados das instituições públicas demonstram a marginalização daqueles que já foram excluídos e prejudicados no próprio país de origem.

PARA ALÉM DE DADOS ESTATÍSTICOS

Uma vez que os dados estatísticos disponibilizados são burocraticamente inacessíveis, ou estão desatualizados e superficiais, é necessário uma percepção mais próxima da realidade. A partir deste item, o artigo vai além da revisão bibliográfica e do apontamento de dados realizados até então. Serão expostas algumas das vivências das autoras com os haitianos, metodologicamente fundamentadas na observação-participante, e no texto “Ser afetado” (FAVRET-SAADA, 1990).

O contato das autoras com os haitianos em Uberlândia aconteceu por meio das aulas de português do projeto

Uma vez que os dados estatísticos disponibilizados são burocraticamente inacessíveis, ou se não desatualizados e superficiais, é necessário uma percepção mais próxima da realidade.

Nidus³, criado pela Enactus UFU⁴. Rafaela, participante do projeto, ministra aulas de uma a duas vezes na semana, desde 2017. Larissa, que estuda o tema, começou a frequentar as aulas desde março de 2018, a fim de realizar o trabalho de campo de sua monografia. Além do contato que ambas tiveram com imigrantes haitianos que compartilharam suas experiências no I Fórum Internacional Fontié Ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas, na cidade de São Paulo.

RELATO DE CAMPO DE RAFAELA

O primeiro encontro que tivemos na sala de aula foi uma data muito especial (eles até ensinaram um pouco de crioulo para nós). Conhecemos os haitianos. Entre eles havia uma mulher que estava doente e não se sentia nada bem, então logo liguei para o meu tio, que é médico, e tentei ajudá-la. Sempre conversava com ela, perguntando se estava bem, corri atrás para saber como poderíamos marcar uma consulta no SUS. Hoje, o que mais me toca é que, toda vez que ela vai na aula e não sou eu quem está lá, ela sempre pergunta sobre mim. Não tem como esquecer o quão maravilhosa ela é, como é animada e cheia de boa vontade, até ficou dançando músicas haitianas quando fizemos uma ceia de natal para eles.

Nesta ceia, levamos comida típica brasileira de natal. Lá eles colocaram músicas haitianas, e um haitiano, que era pastor em seu país, fez uma oração para nós em francês. Foi um momento único de interação com eles, nunca havíamos estado tão próximos.

Lembro-me também de certa aula em que estava conversando com um haitiano que sabia português com nível intermediário. Eu conversava e escrevia algumas palavras para que ele aprendesse o vocabulário. Contou-me como sentia falta de sua esposa e como gostaria de trazê-la,

3 O Nidus é um projeto que desenvolve a integração de imigrantes haitianos que residem em Uberlândia com a comunidade local, por meio de aulas de português facilitando a empregabilidade no mercado de trabalho da região. O projeto participa ativamente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB de Uberlândia, a fim de levar o conhecimento e buscar assistência na regulamentação deles no Brasil.

4 A ENACTUS UFU é uma organização internacional sem fins lucrativos, em que estudantes de diferentes cursos promovem o empreendedorismo social fundamentado na sustentabilidade ambiental, econômica e social. As aulas são ministradas duas vezes na semana, com duração de 90 minutos, na Escola Estadual João Rezende.

No final da aula, alguns alunos vieram falar comigo, perguntando-me se não queria aprender crioulo. Tentei falar o pouco que tinha aprendido no primeiro encontro. Eles disseram: “estamos felizes por ter você.”

mas que ainda não tinha dinheiro, e talvez procuraria um empréstimo. Antes de terminar a aula, ele disse: “Deus abençoe vocês por estarem ensinando português pra haitiano, sem isso a gente não vive.”

Outro momento em que me senti como a pessoa mais sortuda do mundo, foi na aula especial de Páscoa. Trabalhamos todo o vocabulário relacionado à data, e levei um ovo de páscoa que ganhei e preferi não comer sozinha, e sim compartilhar. Eles me contaram que não comiam tanto chocolate na Páscoa no Haiti, pois o dia dos namorados acontece em fevereiro. Eles ficaram muito felizes quando mostrei o ovo. No final da aula, alguns alunos vieram falar comigo, perguntando-me se não queria aprender crioulo. Tentei falar o pouco que tinha aprendido no primeiro encontro. Eles disseram: “estamos felizes por ter você.”

Apesar de terem problemas no Brasil, eles gostam muito daqui. Tivemos uma aula em que conversamos sobre países que gostaríamos de visitar: todos queríamos viajar muito, mas nenhum deles disse que gostaria de se mudar do Brasil.

RELATO DE CAMPO DE LARISSA

No processo de elaboração de meu trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, comecei a frequentar as aulas do projeto Nidus, a fim de ter contato direto com a realidade dos imigrantes haitianos. O primeiro dia em que acompanhei as voluntárias do projeto foi 19 de março de 2018. Na porta da pequena sala, cedida pela Escola Estadual João Rezende, havia uma placa: “Sala de Práticas Agrícolas - 37”. Lotada de carteira antigas, pouco a pouco a sala foi se enchendo com haitianos. No final, havia cerca



Audiência sobre a situação de direitos humanos dos imigrantes haitianos nas Américas realizada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2013.

de 11 haitianos na sala. A maioria era do sexo masculino, e aparentavam ter entre 20 a 30 anos.

Fiquei sentada na carteira da penúltima fileira, a fim de observá-los sem interferir no andamento da aula e, ao mesmo tempo, me fazer presente para que eles se familiarizassem comigo. Enquanto isso, Rafaela recepcionava os novos alunos, perguntando há quanto tempo estavam aqui, e se já estavam trabalhando. Um dos rapazes que se apresentou disse que chegou na semana anterior. Ele teve dificuldades durante a aula, mas sua vontade de aprender era maior. Observei que ele conferiu um papel com algum símbolo oficial, e guardou na mochila. Isso me impactou muito. Provavelmente ele se sente mais seguro andando com aquele papel. Imaginei que ele pensava se alguma das voluntárias iria conferir sua legitimidade.

Enquanto Rafaela ministrava a aula sobre conversações básicas, haviam outros dois alunos que liam textos sobre lendas folclóricas, e grifavam palavras que não compreendiam. Um deles me chamou, "professora". Mesmo não sendo voluntária do projeto, me senti na obrigação de responder. Tirei suas dúvidas gramaticais e, naquele momento, senti o quão necessário era conhecer de verdade aqueles ou aquilo que você estuda.

Num outro dia, alguns dos alunos lembraram de mim, mas outros eu ainda não conhecia. Eis que um deles per-

guntou para Ruth, voluntária que também ministra as aulas, quem eu era. Mesmo após me apresentar, ele ainda pareceu confuso e perguntou para Ruth se eu era professora também. Nós nos olhamos e respondemos que sim. Assim como Saada, fui afetada;

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. (FAVRET-SAADA, 1990. p.160)

CONCLUSÃO

A imigração é um fenômeno global, ocorrendo também entre os países do Sul. Em 2015, os haitianos lideraram o ranking de chegada pelo segundo ano consecutivo, chegando aos 14.535 imigrantes, sendo o Brasil um atrativo pela oferta de emprego, apesar da crise, além da missão internacional feita no Haiti, que facilitou o direcionamento do fluxo para o Brasil. (VELASCO; MANTOVANI, 2016) Visto isso, nosso dever de ajudá-los é cada vez maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez, 1995.
- BAENINGER, Rosana. et al (Org.). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684 p.
- BASSO, Pietro. Imigração na Europa: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II, São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 28-41. 2013.
- BASSO, Pietro. Racismo de Estado e antirracismo de classe na Europa in MARGEM ESQUERDA, vol. 24, pp. 57-71. 2015.
- CASTLES, Stephen. Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa, Fim de Século, 2005.
- ENACTUS UFU. Disponível em: <<http://enactusufu.com/>> . Acesso em 12/04/2018.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. "Être Affecté". In: Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie. 1990.
- FERNANDA RESENDE. Uberlândia procura identificar e amparar migrantes e refugiados: Cidade já recebeu mais de 200 migrantes e refugiados, diz Prefeitura Trabalho do Governo também busca identificar e abrigar migrantes.. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/12/uberlandia-procura-identificar-e-amparar-migrantes-e-refugiados.html>>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- FERNANDES, D.; FARIA, A. V. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 95-111.
- INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. Migração Haitiana para o Brasil: Resenha de Imprensa (2010-2013). 2013. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/images/arquivos/resenha-de-imprensa-2013.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- Organização Internacional de Migração. Migration Data Portal. 2017. Disponível em: <https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017>. Acesso em: 13/04/2018.
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1976.
- SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo, Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SILVA, Filipe Rezende; LIMA, Cassio Francisco; FERNANDES, Duval Magalhães. Um panorama geral dos imigrantes: haitianos, congolese, senegaleses e ganeses. p. 420 - 433 In: BAENINGER, Rosana et al (Org.). Migrações Sul-Sul. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. Disponível em: <<http://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRAÇÕES-SUL-SUL.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- UHCNUR/ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Figures at a Glance. 2017. Disponível em: <www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>. Acesso em: 12 de abr. de 2018.
- VELASCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF: Só em 2015, quase 120 mil estrangeiros deram entrada no país. Haitianos lideram o ranking atual, seguidos pelos bolivianos. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Estratégias reais para uma ficção: A imaginarização do outro e o fechamento das fronteiras

Kamila Kamel Fahs

Mestranda em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), membro do laboratório psicanálise e sociedade-USP e do Grupo Veredas – psicanálise e imigração. Psicanalista em consultório particular. fahskamila@gmail.com

Regina Lopes Moreno



PALAVRAS-CHAVE: engessamento linguístico; deslocamentos humanos; dimensão de linguagem; ideia de mediação.

KEYWORDS: linguistic plaster; human displacements; dimension of language; idea of mediation

RESUMO Africanos escrevem cada vez mais nas suas línguas, enquanto forma de captar melhor a visão de mundo de suas comunidades.

ABSTRACT Africans to write more and more in their languages as a way to better capture the world view of their communities.

Em novembro de 2017 participamos do Fórum Internacional Fontié Ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas, que aconteceu na USP. A forma como se escolheu nomear esse fórum prenuncia as direções tomadas nas discussões que ali aconteceram: pode-se dizer que as discussões desenvolvidas entre os palestrantes e o público tratavam de buscar formas e possibilidades de atravessamento de fronteiras que têm aparecido no contexto político e social atual como fronteiras impermeáveis. Na pluralidade de formas de apresentação (houve apresentações acadêmicas, relatos de experiências, dança, canto), foi possível notar uma pluralidade de línguas e linguagens que faziam tentativas de cruzar as fronteiras entre culturas, linguagens e nacionalidades.

A pluralidade de línguas e linguagens no Fórum Fontié Ki Kwaze nos fez lembrar de um verso do poema *The Border: a Double Sonet* de Alberto Rios (1952): “The border says stop to the wind, but the wind speaks another language and keeps going”¹. Se por falar uma outra língua o vento pode seguir seu rumo, o verso de Rios (1952) parece indicar que aquilo que pode funcionar como barreira numa língua, poderia significar outra coisa numa outra língua. Daí a riqueza na experiência proporcionada pelo Fórum Fontié Ki Kwaze, um fórum que cruzou diferentes línguas e linguagens para tratar do tema dos deslocamentos humanos.

Acontece, porém, que no campo político e social, há muitas vezes um engessamento linguístico que impede a circulação da palavra e a produção de outras linguagens. É sobre esse engessamento linguístico que marca o campo dos deslocamentos humanos que escolhemos, com o suporte da psicanálise, discorrer neste artigo. Buscamos assim apontar que há na impermeabilidade entre as fronteiras uma questão de linguagem.

Puseti (2017) atenta para a dimensão de linguagem nas estratégias de securitização das fronteiras entre os Estados-Nação. Ao retomar alguns dos recentes episódios de naufrágios de embarcações com emigrantes nas costas europeias que, segundo a autora, somam 40 mil mortes nos últimos seis anos, Puseti (2017, p. 264) diz: “O Mediterrâneo, que condensa, no seu significado etimológico, a ideia de mediação e de contato, é hoje uma fronteira de água, carne e política (...)”.

1 A fronteira diz ao vento para que pare, mas o vento fala uma outra língua e segue seu rumo” (tradução nossa).

Essa ideia de mediação e de contato é fácil de ser resgatada quando se pensa que geograficamente esse mar faz ligação entre três continentes: a Europa, a Ásia e a África. Nesse exercício de resgate, a história é relembrada e com ela passamos a imaginar as trocas comerciais que se deram entre estes continentes e que tiveram como palco e como mediação o mar Mediterrâneo. Esse mesmo mar que historicamente observamos como palco de mediação, Puseti (2017) hoje o define como fronteira de seleção.

O resgate de Puseti (2017) à etimologia da palavra Mediterrâneo indica que a passagem de um Mediterrâneo de mediação para um Mediterrâneo de seleção inclui a dimensão da linguagem. E a questão que nos toca aqui diz respeito às diferentes narrativas que o psicanalista encontra no campo do refúgio e da imigração. Como operar quando o imaginário social acerca dos imigrantes e refugiados incide no campo da política sob o caráter de verdade produzindo consequências tais como o fechamento das fronteiras aos sujeitos em deslocamento? Acreditamos que parte da função do analista neste campo seja procurar desvelar como essa narrativa social que interfere no campo político trata-se de uma construção ficcional do que vem a ser o outro.

Essa construção está nas palavras de Le Pen (VILLALOBOS, 2017), candidata à última eleição à presidência na França quando dizia: “Vou proteger-vos. A minha primeira medida como presidente será fechar as fronteiras francesas”, ou de Trump (2017), presidente dos Estados Unidos que propôs, no início de 2017, um veto à entrada de sujeitos de sete países embasado no argumento de que estes sujeitos seriam “inimigos da nação” ou “possíveis terroristas”.

É atento ao caráter representacional e narrativo que Said (2007) analisa o Oriente, por exemplo. Ele aponta como este não se trata de um conceito com estabilidade ontológica ou de uma descrição “natural”, mas sim de uma produção. Segundo ele, essa produção deve ser levada em consideração para que reflexões possam ser feitas sem o aprisionamento a categorias ficcionais que circulam como verdade. Afinal, como diz Said:

O fato de que essas rematadas ficções se prestem facilmente à manipulação e à organização

das paixões coletivas nunca foi mais evidente do que em nosso tempo, quando a mobilização do medo, do ódio e do asco, bem como da presunção e da arrogância ressurgentes, boa parte disso relacionada ao Islã e aos árabes de um lado, e a nós, os ocidentais, do outro, é um empreendimento em escala muito ampla (SAID, 2007, p. 13).

Essa mobilização do medo, do ódio e do asco é o que tem sido produzido nos discursos políticos que transformaram a questão dos deslocamentos numa questão de segurança nacional. Ela atinge não apenas compreensões sobre o Oriente, mas é uma mobilização estendida a diversos lugares e sujeitos do mundo. Transformando o estrangeiro, imigrante e refugiado em “inimigo”, “terrorista”, naturaliza-se o fechamento das fronteiras que passa a ser tido como uma necessidade do Estado nacional para a conservação de sua segurança.

Pois bem, o que a psicanálise ensina é a impossibilidade de se dizer o sujeito por completo. O enunciado lacaniano “o significante é o que representa o sujeito para outro significante” (Lacan, 1964/2006) marca a posição do sujeito de estar sempre entre dois significantes de forma que pensar um sujeito sob a rubrica de “inimigo” ou “terrorista” seria produzir uma imaginarização deste sujeito que poderia se dizer de muitas outras maneiras. Segundo Estevão (2009, p. 115-116),

“A realidade é a articulação entre o simbólico e o imaginário, de modo a velar, esconder o real. (...) A realidade é do campo do sentido, tanto do sentido único, marcado pelo imaginário, como do duplo sentido, possível a partir do simbólico. Aquilo que é sem sentido está fora do campo da realidade. O sem sentido é o real”.

Quando se constrói uma representação da realidade a partir das “rematadas ficções” que Said critica, quando se propõe estratégias de fechamento das fronteiras embasadas em rótulos para os sujeitos em deslocamento, faz-se uma colagem que permite apenas um único sentido. Afinal, segundo Jorge (apud Estevão, 2009), o regis-

tro do simbólico opera a partir do duplo, triplo, múltiplo sentido e no registro do imaginário há a atribuição de um sentido único.

Para Mountian e Rosa (2009, p. 157), “(...) é na fixidez histórica de alguns outros específicos que discursos sobre raça e cultura são (re)produzidos tendo funções específicas (...)”. Como psicanalistas tampouco podemos nos esquecer da dimensão histórica. Ou seja, a dimensão histórica mostra que as coisas não foram sempre assim, que o Mediterrâneo de seleção foi outrora um Mediterrâneo de mediação, permitindo que a dimensão simbólica possa operar.

Mas o que diz a história sobre o momento atual? Como entender que o mundo globalizado, que há tempos vem criando novas formas de contato mais rápidas e eficientes e que há quase trinta anos derrubou o muro de Berlim, hoje fecha suas fronteiras, arquiteta novos muros e difunde discursos nacionalistas?

*Esse mapa-múndi que sempre
havíamos visto e estudado como
tendo a Europa em seu centro,
não representava uma realidade
absoluta. Afinal, o mundo é
redondo, e na imagem deste mundo
transposta ao plano, a localização
central da Europa é apenas uma
estratégia deste continente que se
fez ser o centro do mundo.*

Se pararmos para pensar nas aulas de história que tivemos no fundamental, é possível lembrarmos de que ao aprender sobre o mapa-múndi, um segredo nos foi contado: esse mapa-múndi que sempre havíamos visto e estudado como tendo a Europa em seu centro, não representava uma realidade absoluta. Afinal, o mundo é

redondo, e na imagem deste mundo transposta ao plano, a localização central da Europa é apenas uma estratégia deste continente que se fez ser o centro do mundo.

Parece-nos hoje que os efeitos colaterais da globalização também se "globalizaram", deixaram de estar localizados e se alastraram pelas diferentes partes do mundo. Quando a vulnerabilidade da vida humana deixa de estar centrada nos países subdesenvolvidos, nas antigas colônias das potências imperialistas, quando atos violentos e desumanos, atos difíceis, praticamente impossíveis de nomear, ultrapassam as fronteiras e chegam no centro do nosso mapa-múndi, algo do real toca a todos os sujeitos.

Se o sentido etimológico da palavra mediterrâneo é mediação, é porque durante a história a humanidade soube ser necessário que povos, culturas e continentes estivessem em contato. Inúmeros foram os investimentos

em viagens marítimas que descobriram novas rotas a partir do Atlântico, ampliando a extensão de contato entre as partes do mundo. Trata-se daquilo que diz Said (2007) quando retoma que o Oriente e o Ocidente não são conceitos com estabilidade ontológica e que os orientistas, ao tratarem do Oriente como algo exterior ao Ocidente, se esquecem que ambos Oriente e Ocidente se fizeram ser Oriente e Ocidente um a partir do outro.

É da necessidade da mediação que o mundo, ao fazer do Mediterrâneo não mais uma mediação, mas uma fronteira de seleção, parece ter se esquecido hoje. Em meio a esse esquecimento, torna-se imprescindível que espaços de discussão como o Fórum Fontié Ki Kwaze sejam criados para que a ideia de mediação do Mediterrâneo possa ser resgatada e para que, com isso, as fronteiras possam ser cruzadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTEVAO, I. R. A realidade, entre Freud e Lacan. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, 2009.

LACAN, J. (1964-1965). Problemas cruciais para a psicanálise. Recife, PE: Centro de estudos freudianos do Recife, 2006.

MOUNTIAN, I.; ROSA, M. D. O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. Psicologia USP, São Paulo, vol. 2, n. 2, p. 152-160, 2015.

PUSSETTI, C. "O silêncio dos inocentes": Os paradoxos do assistencialismo e os mártires do Mediterrâneo. Interface, Botucatu, 21(61), p. 263-72, 2017.

RIOS, A. The border: a double sonnet, 1952. Disponível em: <https://www.poets.org/poetsorg/poem/border-double-sonnet>. Acesso em: 20/11/2017.

SAID, E. W. Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das letras, 2007.

TRUMP, D. Leia a íntegra do discurso de posse de Trump – Novo presidente dos EUA falou em protecionismo e não usou a palavra 'democracia'. Estadão Internacional, 20 de Janeiro de 2017. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/leia-a-integra-do-discurso-de-posse-de-trump/>. Acesso em: 22/01/2017

VILLALOBOS, L. Eleições França 2017 – Le Pen e Macron esgrimem visões políticas a seis dias das eleições. Candidata da Frente Nacional promete suspender imigração. Ex-ministro de Hollande diz que é preciso uma nova geração no poder. Público Comunicação Social AS, 18 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/04/18/mundo/noticia/macron-e-le-pen-esgrimem-visoes-politicas-a-seis-dias-das-eleicoes-1769115>. Acesso em: 20/04/2017.

Projeto Migranto: Bonecos e manifestações políticas de uma arte emergente

Paulo Zeminian

Artista visual, mestre em estética e história da arte. Atualmente vem explorando a estética de bonecos de rua e arte participativa. zeminian85@hotmail.com

Sandro Cajé



RESUMO

O Projeto Migranto apresenta uma série de bonecos gigantes que atuam e interagem nos espaços da contemporaneidade a partir de uma abordagem crítica especificando um tipo de performance socialmente engajada. São conduzidos por performers humanos que buscam resgatar as tradições populares, como é o caso dos bonecos do carnaval de rua de São Luís de Paraitinga e Olinda. A proposta resulta de uma pesquisa sobre performance contemporânea, identidades transnacionais, hibridizações, fluxos migratórios, representações de sujeitos minoritários, cultura popular e ações de rua. As atividades envolvem performance, atuação política e cultural, pedagogia crítica, percurso nômade e a realização de um documentário iniciado na França, em 2017.

ABSTRACT

The Migranto Project presents a series of giant dolls that act and interact in contemporary spaces from a critical approach specifying a type of socially engaged performance. They are led by human performers who seek to rescue popular traditions, such as the street carnival dolls of São Luís de Paraitinga and Olinda. The proposal results from a research on contemporary performance, transnational identities, hybridizations, migratory flows, representations of minority subjects, popular culture and street actions. The activities involve performance, political and cultural performance, critical pedagogy, nomadic journey and the realization of a documentary begun in France in 2017.

Introdução

Por muito tempo, as artes visuais estiveram associadas ao espaço do atelier do artista, que permanecia em seu isolamento, longe do público que seria o potencial comprador de suas obras. Este era considerado o espaço ideal de criação, um ambiente silencioso que possibilitava maior concentração e guardava os segredos das técnicas desenvolvidas ao longo dos anos. A metodologia de trabalho era estritamente individual, pois se valorizava a originalidade das peças produzidas e o diferencial com relação ao trabalho de outros artistas.

Entretanto, desde os anos de 1960, as novas gerações de artistas sentiram a necessidade e a urgência de atuar e produzir coletivamente, tendo a rua como espaço de criação e exposição. Trocava-se definitivamente o confinamento do atelier pelo espaço público, onde se realizavam experiências artísticas buscando a participação do espectador, através do envolvimento político e tratando de temas de interesse social. Eram os *happenings*, as performances e intervenções urbanas, capazes de agradar ou chocar a crítica que reagia conforme seu grau de assimilação e pontos de vista que podiam ser progressistas ou conservadores.

De lá para cá, essa tendência sofreu momentos de maior ou menor visibilidade, no entanto, nunca deixou de estar presente e agora ressurge com grande força, motivada pelo momento de crise institucional e de valores pela qual estamos passando. Um conjunto de intervenções urbanas, performances de rua, manifestações, ocupações artísticas e protestos realizados no espaço da cidade ocorrem em situações "de pico". Ações que reclamam o envolvimento coletivo dos artistas com questões de identidade, diferentes formas de discriminação, micro-políticas do cotidiano ou mesmo problemas sociais de alta complexidade como moradia, educação e representação política.

Performance e política

A performance de viés político tem sua tradição na arte contemporânea, como é o caso do grupo Bread & Puppet, que se tornou presente nos protestos em Nova York contra a guerra do Vietnam. Os políticos da época eram representados através de bonecos gigantes, demonstrando influência dadaísta em suas encenações de rua. Peter Schuman, diretor do Teatro Bread and Puppet assim definia o grupo:



Bread and Puppet performam em protesto no ano de 1982.

Nós somos o Teatro Bread & Puppet porque oferecemos um bom e velho pão fermentado de centeio juntamente com uma grande variedade de fantoches, alguns bons, alguns não tão bons, mas todos para o bem e contra o mal. A arte do teatro de marionetes ajuda mulheres, homens e crianças a superar a ordem estabelecida e a submissão obsessiva à sua política e consequentes brutalidades.¹

No Brasil atual, no clima de urgência e em meio aos conflitos sociais decorrentes da tensão política que es-

¹ We are the Bread & Puppet Theater because we offer good old sourdough rye bread together with a great variety of puppetshows, some good, some not so good, but all for the good and against the bad. The art of puppetry helps women, men and children alike to overcome the established order and the obsessive submission to its politics and consequent brutalities. (Peter Schumann) . Disponível em <http://breadandpuppet.org/>



Coletivo Migrante, manifestação com faixa Marielle Presente, 2018, Salvador, BA.



Coletivo Migrante, Marcha de Abertura do FSM, 2018, Salvador, BA.

tamos vivendo desde 2016, o coletivo MIGRANTO tem a intenção de produzir uma espécie de "ativismo", sem contudo aderir a orientação dos tradicionais partidos políticos, reivindicando soluções urgentes para problemas do cotidiano, por intermédio da expressão artística, buscando agir sobre a micro-política em que estamos todos inseridos, a fim de recuperar com a ajuda da arte a capacidade de ação e o direito de autodefesa.

Por outro lado, a cultura popular nos apresenta uma série de formas de manifestação artísticas que muito se aproximam de nossas atuações nas ruas. É o caso dos "bonecões" de São Luís de Paraitinga (SP) e Olinda (PE) que atuam festivamente durante o carnaval, lembrando

inclusive antigas tradições ancestrais.

Os coletivos de arte buscam uma nova dinâmica de trabalho artístico, criando formas de resistência frente as ameaças do poder estabelecido. Com essa proposta o Coletivo MIGRANTO participou do Fórum Social Mundial, em Salvador em 2018.

Durante o Fórum Social Mundial, recebemos a notícia de que a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e seu motorista Anderson Pedro Gomes acabavam de ser mortos a tiros no centro do Rio de Janeiro. O assassinato da vereadora remetia a motivações política, pois desafiava o governo, interrogando a eficácia da intervenção federal no Rio de Janeiro, além de fazer críticas à brutalidade policial



Intervenção artística do Coletivo MIGRANTO na Cracolândia, no centro de São Paulo em 2018.

e ao extermínio da população jovem e negra das periferias das grandes cidades brasileiras.

Na ocasião o Coletivo MIGRANTO respondeu imediatamente ao acontecimento elaborando cartazes e faixas com frases de protestos e incorporando isso a suas performances de rua, tomando parte em atos públicos contra o terrorismo de Estado.

Outra referência é o artista alemão Joseph Beuys, cujas propostas buscavam transcender os lugares usuais da arte e construir o que ele chamava de “esculturas sociais”. A ideia de escultura social estava impregnada muito mais por uma atitude política do que artística. A arte seria para ele o único caminho capaz de proporcionar uma mudança real na vida do homem. Ao artista cabia a função de oferecer instrumentos aos outros que levassem a um debate; por isso, sua obra muitas vezes acabava centrando-se no sujeito, na ação, e não necessariamente no objeto.²

Deslocados Urbanos

A reflexão sobre uma arte comprometida com as questões sociais tornou-se ainda mais aguçada a partir da realidade encontrada na cidade de São Paulo, em especial o bairro da Luz, região central da cidade de São Paulo. A região denominada “Cracolândia” permitiu um olhar sobre as questões urbanas atuais, os dilemas e conflitos

existentes nessa área da cidade

Seus múltiplos agentes e personagens que compõem e atuam na região, tais como, moradores, ex-usuários de drogas, agentes da saúde pública, além da forte presença de agentes econômicos na região central, representados principalmente pela especulação imobiliária, que resultam em políticas higienistas e do aparelho de repressão policial que expulsa e persegue a população mais pobre.

A concentração de moradores de rua na região é cada vez maior, com um grande grupo de pessoas vivendo em um ambiente de total exclusão social, desigualdade, violação de direitos e expostos à violência policial e aparatos repressivos, como afirma a professora Zilda Ioki:

A cidade de São Paulo recupera, desde o século XVIII, a presença da violência contra os pobres. Ao ocupar os espaços criados e constituídos para o desenvolvimento do capital, eles foram considerados personae non gratae e contra eles foram criadas estruturas policiais cujos objetivos seriam evitar a “sujeira” que, para os donos do poder, esses trabalhadores representavam. Ao longo dos séculos, os projetos urbanísticos na cidade procuraram, “ao alterar sua estrutura geomorfológica”, eliminar e distanciar o máximo possível esses homens e essas mulheres, contraditoriamente atraídos para o trabalho. (Iloki)

² DURIN, Lucrezia de Domizio. The Felt Hat a Life Told. Milão: Charta, 1997, p. 54.

Diante desta situação de permanentes conflitos sociais, marcada pela injustiça social, que nega a cidade aos pobres, a arte nos desafia a incorporar a esfera social junto ao universo estético e poético, buscando encontrar uma resposta a essa crise permanente.

Com o objetivo de interferir nessa complexa malha urbana, o Coletivo MIGRANTO propôs algumas intervenções de teatro de rua. Para isso foi construído um boneco gigante como forma de facilitar a interação com as pessoas frequentadoras do lugar. O personagem criado foi baseado no arquétipo de um “refugiado urbano”. Para melhor retratar a realidade foram usados elementos expressionistas que deformam e ampliam a situação, tornando-a grotesca para melhor representá-la.

A partir daí foram apresentadas performances pelas ruas da região central da cidade, causando estranhamento e chamando atenção para fatos que, de tão repetidos, acabam por naturalizar os abusos e absurdos. O elemento grotesco, de caráter mais burlesco do que tétrico retém elementos importantes do expressionismo, como a deformação caricatural. Ao passo que o estranhamento causado pelo grotesco assume uma nova função, crítica, como acontece no teatro brechtiano.

Brecht (...) usa recursos grotescos e torna o mundo desfamiliar a fim de explicar e orientar. As correntes mencionadas (o teatro de vanguarda e a obra de Kafka), ao contrário, tendem a exprimir através do grotesco a desorientação em face de uma realidade tornada estranha e imperscrutável (Rosenfeld, 1985, p. 158).

Conclusão

Assim, diante deste ambiente tenso e de permanentes conflitos, propomos ocupar esses espaços urbanos com manifestações artísticas capazes de criar uma interação entre a arte, política e sociedade, estabelecendo articulações entre práticas artísticas e o ativismo comprometido com os graves problemas sociais de nosso tempo.

Coloca-se então a questão da viabilidade de uma arte política nos dias de hoje. Nesse contexto propomos ações de intervenção no espaço urbano, em áreas de ausência do poder público, ou nas ruas, em reposta à grave crise política e institucional a que chegamos. Somando-se a criatividade do artista com insurgência política obtém-se a fórmula sintética do “ativismo” como proposta emergencial para os coletivos de arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: contexto de François Rabelais. Brasília: Hucitec, 1987.

BARBA, Eugênio; SAVARESE, Nicola (org.) The secret art of the performer. London: Routledge, 1991.

BOUBRRIAUD, Nicolas. Relational Aesthetics. Dijon: Les Press du Réel, 2009.

CARLSON, Marvin. Performance: uma introdução crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CAUQUELIN, Anne. Arte Contemporânea: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CERTEAU, Michel de. Artes de fazer, a invenção do cotidiano. São Paulo, 1994.

DEVESA, Patricia. “El activismo a través del teatro, a propósito de las prácticas políticas y prácticas escénicas en la primera década del siglo XXI”. In: A[L]BERTO, Revista da Escola de Teatro. São Paulo, outubro, 2015.

DIXON, Steve. Digital performance: a history of new

media in theater, dance, performance art, and installation. Cambridge: MIT Press, 2007.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. “A cidade prende e a arte liberta”. In: Observatório/Itaú Cultural, no 23, São Paulo, 2017.

Ilari, Mayumi Denise Senoi. Teatro político e contestação no mundo globalizado : o Bread & Puppet theater na sociedade de consumo. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP ; orientadora Maria Sílvia Betti. - São Paulo, 2007.

Rosenfeld, Anatol. O Teatro Epico. São Paulo: Perspectiva, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

Sites:

History of Radical Puppetry: a lecture and slide show in progress. What is radical? What is political? What is puppetry? - <http://www.rogueruby.com/radpup.html>

Refugiados colombianos no Brasil: lutas e resistência pela terra

Gabriel Angel Jimenez Lopez

Pesquisador do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).
Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em migração. gabriel.ajl80@gmail.com



RESUMO

Este breve texto explana alguns aspectos da migração forçada na Colômbia, busco descrever a partir de pesquisas com refugiados colombianos que se estabeleceram no Brasil, como o fenômeno migratório nesse país, esta relacionado não apenas com a intensificação do conflito armado, mas também com a execução de grandes megaprojetos que foram implantados em alguns territórios. O texto busca apontar como a posta em marcha desses empreendimentos, também contribuirão com a expulsão de diversas comunidades de seus territórios, e levaram a uma modificação substancial da propriedade da terra na Colômbia.

ABSTRACT

This brief text explores some aspects of forced migration in Colombia, I seek to describe from research with Colombian refugees who have settled in Brazil, as the migratory phenomenon in that country, is related not only to the intensification of the armed conflict, but also to the execution megaprojects that were deployed in some territories. The text seeks to point out how these projects are being implemented, will also contribute to the expulsion of several communities from their territories, and have led to a substantial modification of land ownership in Colombia.

A Colômbia tem sido epicentro de históricos e complexos processos de mobilidade humana e desde começos da década de 1990, de intensos fluxos migratórios entre os quais figuram, de maneira predominante, os deslocamentos internos forçados e o refúgio transfronteiriço. Esses deslocamentos tem sido o resultado de um longo conflito armado que se expande no tempo e na geografia nacional, que tem levado, por sua vez, a uma contínua e sistemática violação dos direitos mais fundamentais da população que foram, e são atingidas pelo conflito.

É importante destacar que, a pesar das recentes negociações que terminaram em um acordo de paz, assinado entre o governo colombiano e as que outrora eram as guerrilhas das FARC-EP (atualmente tornadas em um partido político) a violência política, assim como fenômeno da migração forçada, são ainda uma realidade presente na Colômbia, já que diversos atores tanto estatais como não estatais, continuam sendo geradores de violência e de deslocamento nesse país.

Neste sentido, o fenômeno da violência assim como a migração que se tem desenvolvido ao longo do conflito na Colômbia, ambos se tem constituído em um processo inerente à história e à formação social e política desse país. Em seu estudo sobre a violência, Carlos Medina Gellego (um dos mais importantes investigadores do conflito) destaca como as dinâmicas de violência, que têm se desenvolvido no marco do conflito colombiano, fazem parte de um processo mais complexo que o autor chama de

“violência estrutural da sociedade colombiana” cuja característica permanece no tempo e no espaço dentro das relações de formação da sociedade.

É importante destacar que esses processos de violência que tem afetado a população foram registrados desde meados do século XX, com o surgimento de movimentos armados alinhados ideologicamente à esquerda que começam a disputar com o Estado o controle territorial de alguma regiões. Desde então, essas disputas territoriais têm levado a uma exacerbação da violência, assim como uma contínua série de deslocamentos forçados que tiveram sua maior expressão no início deste século.

De acordo com a Consultoria para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (CODHES), nos últimos anos, o fenômeno da migração forçada na Colômbia apresentou um crescimento contínuo; e pela forma como se distribuiu esses fenômeno ao longo do território, em 87% dos municípios da Colômbia se produziram deslocamentos forçados¹. Por outro lado, o relatório Tendências Globais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), publicado em Junho de 2017 destacou como a Colômbia continuava sendo um dos países com o maior número de deslocados internos no mundo².

1 Ver CODHES: http://www.acnur.org/fileadmin/news_imported_files/COI_1765.pdf?view=1. Acesso realizado em 12/04/2017

2 Ver ACNUR <http://www.acnur.org/portugues/publicacoes/>. Acesso realizado em 08/04/2017.



Protestos de indígenas na região colombiana de Cauca em 2013 enfrentam a nova face do capitalismo contemporâneo na qual o Estado-nação e sua máquina de guerra passam a se tornar o aparato ideal para a expansão e reprodução de capitais.

O relatório apontava que 7,4 milhões de pessoas estavam deslocadas dentro da Colômbia – aproximadamente 13% de toda a população – e um total de 360 mil colombianos moravam em outros países reconhecidos como refugiados. Essa diáspora de colombianos, seja dentro ou fora das fronteiras políticas do país, coloca a Colômbia como um dos países que mais expulsa seus próprios cidadãos dentro e fora do território, por motivos de guerra e violência política. Tais deslocamentos têm afetado principalmente as comunidades tradicionais (camponeses, indígenas e afro-descendentes) mais afastadas dos centros urbanos, já que a intensificação do conflito entre Estado e grupos armados se desenvolve principalmente nas zonas rurais do país.

Essas regiões que têm se tornado, por assim dizer, o epicentro do conflito são consideradas (inclusive por muitos dos deslocados e refugiados) como estratégicas pelo grande potencial de recursos naturais que elas possuem. Em outras palavras, pode-se dizer, que se tratam de territórios em disputa que, por seu valor geoestratégico e geopolítico, são de fundamental interesse para o Estado colombiano, assim como de grande interesse para as economias centrais.

Muitos dos refugiados contatados durante a pesquisa narraram que a causa de seu deslocamento estava associada ao roubo de suas terras. Depois de terem abandonado suas pequenas propriedades, estas foram apropriadas por latifundiários ou empresas de mineração. Muitos dos refugiados com os que dialoguei enfatizavam a relação

entre a apropriação das terras e o conflito. Um refugiado que havia perdido dois irmãos e outros familiares durante uma incursão armada, explicou:

"[...] Emigrei da Colômbia por causa da violência. Sempre morei no campo e trabalhava com a terra, mas tive que sair do campo quando se incrementaram os operativos militares na região. Primeiro chegaram os paramilitares, desaparecendo e assassinando as pessoas. Depois chegou o exército e a violência continuou. Acusavam-nos de sermos auxiliares da guerrilha. Muitos camponeses fomos forçados a abandonar nossas terras, e agora elas estão nas mãos de latifundiários e de grandes empresas. A região onde morávamos passou a ser invadida pela monocultura, principalmente da palma, que é de onde estão extraindo, combustível e etanol. [...]"

Além desse breve relato, uma indígena da etnia Baniwa que havia se estabelecido em Manaus como refugiada, explicou:

Quase todas as pessoas de minha comunidade fomos deslocadas e outras foram assassinadas como aconteceu com alguns de meus parentes [...]. Os enfrentamentos entre exército, guerrilha

e paramilitares deslocaram muitas etnias da região[...]. O medo e o temor se apoderou de nossa comunidade e tivemos que abandonar nossas terras. Estas não são mais nossas, as mineradoras se apoderaram delas e estão explorando elas.

Esses breves relatos acima indicam como o panorama do deslocamento na Colômbia se consolida sobre um modelo histórico de desenvolvimento excludente, e revela ao mesmo tempo como a distribuição desse fenômeno coincide com a entrada de grandes macroprojetos de desenvolvimento – alinhados aos interesses econômicos dos países do Norte pelo petróleo, minerais ou o comércio em regiões ricas em recursos naturais.

Através dessas histórias também podemos perceber como o fenômeno do deslocamento (interno e externo) na Colômbia merece destaque na análise sobre o fenômeno migratório internacional, quando se observa que a inter-relação entre as múltiplas causas que originam o conflito levam a um fenômeno de deslocamentos massivos com características específicas dentro do contexto mundial. Em particular, as formas de deslocamento, as estimativas numéricas, as zonas de origem e de destino dos deslocados, assim como o número de atores estatais e não-estatais envolvidos, são fatores que indicam as condições especiais do fenômeno da migração forçada nesse país.

A pesar de que a análise que aqui apresento esteja centrada no fenômeno do deslocamento forçado que resulta de um conflito armado que se expande no tempo e na geografia nacional, é importante destacar que nesse movimento migratório se inter-relacionam múltiplos fatores relacionados também aos grandes projetos de desenvolvimento que contribuem com a saída e expulsão das comunidades locais, e que te levado a uma reconfiguração substancial sobre a propriedade da terra nesse país.

É importante também destacar que, paralelo ao conflito armado (no qual participam o Estado e grupos armados), existe um outro conflito protagonizado por camponeses e grandes proprietários de terra no país, o que tem levado a que ambos os conflitos se centrem especialmente nas

regiões nas quais há fortes interesses comerciais como as zonas pecuárias, as áreas de exploração petrolífera e as regiões de grande jazidas de mineração.

Neste sentido, a importância que têm esses territórios por seus recursos os tem tornado no epicentro do conflito e, ao mesmo tempo, devido à sua importância estratégica, faz que neles apareçam um número importante de disputas: de um lado, os camponeses e suas organizações representativas que buscam permanecer e/ou recuperar suas terras e, de outro, o poder econômico e coercitivo dos grandes latifundiários e do Estado, que buscam se apoderar desses territórios, para a exploração de seus recursos e a concentração de capitais.

Assim, a disputa pelo controle desses territórios tem tornado as populações locais, assim como suas organizações representativas, um alvo de ataque contínuo tanto

pelo Estado, como por grupos armados que operam nessas regiões, pois ambos atores buscam ganhar domínio militar sobre essas zonas, muita delas com alta densidade demográfica. Todos esses fatores mencionados (nos que estão envolvidos projetos de desenvolvimento, violência e deslocamento forçado) levam à ideia de

o Estado impõe sobre esses territórios e as comunidades locais um uso desmedido e brutal da força e da violência

que mais do que um processo de disputa pelo controle desses territórios, o que está no cerne da questão parece ser um processo de consolidação/formação do Estado-Nação em territórios onde o Estado não tem um pleno controle soberano, já que desde seu processo de constituição como república, o Estado colombiano não logrou impor seu domínio na totalidade do território nacional. Se bem que uma parte do país está integrada através de uma rede urbana e comercial, outra parte se encontra às margens, seja pela dificuldade para o acesso a esses territórios, seja porque neles se constituirão frentes de resistência ao Estado.

Um outro fator que leva a pensar a relação entre violência, migração e projetos de macro desenvolvimento como sendo resultado de um processo de consolidação do Estado-Nação diz respeito aos discursos oficiais que se fazem acerca desses territórios, pois geralmente esses discursos se referem a esses território como uma ameaça onde reina o caos

devido a ausência de um aparato estatal nesses regiões.

Um dos exemplos mais recorrentes sobre esses discursos foram os constantes pronunciamentos do ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010) que, durante seus dois mandatos como Chefe de Governo, frequentemente se referia à perda da soberania em alguns territórios. Cito, como exemplo, um pequeno trecho de um de seus discursos pronunciado em 2010, que referindo-se sobre a ameaça que jaz nesses territórios diz:

[Nos governos anteriores] o país havia perdido a soberania real em amplas regiões da Colômbia. O Estado não exerceu sua soberania efetiva. O poder efetivo foi assumido pelos grupos guerrilheiros [...]. E a circunstância de que o país perdesse a sua soberania real merece um juízo, o juízo ao Estado. O Estado foi quem criou as condições para que os terroristas se apoderassem das regiões porque o Estado ignorou a seguridade”³

Tomando como exemplo esse pequeno trecho, pode-se notar como nesse discurso, o Estado-nação é concebido como um projeto sempre incompleto, como algo que deve ser constantemente enunciado e imaginado, invocando o selvagem, o bacio e o caos que não só se encontra por fora dos limites de sua jurisdição, mas que também é uma ameaça desde dentro (Das e Poole; 2008). Assim, desde esses enunciados da suposta perda da soberania, e da ameaça interna, o Estado impõe sobre esses territórios e as comunidades locais um uso desmedido e brutal

³ Ver <https://www.alainet.org/es/active/15329>. Acesso em 04/09/2018

da força e da violência. A justificativa para a utilização da força estava na base de que essas regiões também eram habitadas por grupos aparentemente alheios à ordem do Estado e, por isso, representam não só um problema para o controle, mas uma ameaça para o Estado.

E foi sob a justificativa de restaurar a “ordem” e a soberania que a violência de Estado se impôs sobre esses territórios, assim como também foi através dessa violência que o Estado colocou em marcha grandes megaprojetos de desenvolvimento em diversas regiões. É justamente essa junção entre desenvolvimento e violência que tem sido a base sobre a qual Estado e capital se tem estabelecido em alguns territórios.

Esses elementos mencionados nos permitem perceber como esses processos que envolvem Estado, violência e capital se inscrevem no que Davey Harvey (2004) chama de “acumulação por desapropriação”, que seria uma nova face do capitalismo contemporâneo na qual o Estado-nação e sua máquina de guerra passam a se tornar o aparato ideal para a expansão e reprodução de capitais.

É justamente essa relação entre violência, Estado e capital que nos permitem afirmar que na Colômbia (e outros locais) existe um processo de recolonização cujo objetivo é a mercantilização de todos os bens comuns, entre eles a água, a biodiversidade natural, os bosques e os saberes ancestrais dos povos tradicionais. E esse processo de recolonização está imbricado ao renascer da extração mineira e ao ressurgimento das economias primárias de tipo exportador (como no caso da Colômbia) cujos efeitos se exprimem principalmente na desapropriação territorial, no deslocamento forçado, bem como na militarização e controle da vida cotidiana sobre essas regiões.

Referências

ALAPE, Arturo. La paz, la violencia: testigos de excepción. Bogotá: Editorial Planeta. 1985.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social Nº 27, pp. 19–52, Universidade de Buenos Aires, 2008.

HARVEY, David. El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión. En publicación: Socialist Register. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciu-

dad Autonoma de Buenos Aires, Argentina: Enero. 2005 987-1183-10-0. Traducido por Ruth Felder. 2004.

MEDINA, Carlos. Autodefensas, paramilitares y narcotráfico en Colombia: origen, desarrollo y consolidación: el caso “Puerto Boyacá”. Bogotá: Editorial Documentos periodísticos. 1990.

MOLANO, Alfredo. Desterrado: Crônicas do desarraigado. Bogotá: Ancora Ed. 2001.

Crise e imigração no Brasil contemporâneo

Patricia Villen

Socióloga com Pós Doutorado no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. É autora do livro Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo e de vários artigos sobre as migrações internacionais.



PALAVRAS-CHAVE: trabalho imigrante; crise; Brasil.

RESUMO Este artigo tem o objetivo de discutir a importância do trabalho – e das questões associadas – para a compreensão das tendências dos movimentos migratórios para o Brasil na contemporaneidade e do aumento das manifestações de racismo, xenofobia e violência contra imigrante e refugiados. Assim como o mercado de trabalho é um termômetro para a compreensão do aumento e da diminuição dos

fluxos de imigrantes em determinados períodos de crise econômica e política, do tratamento jurídico e ideológico e das condições de inserção na sociedade brasileiras, também nos ajuda na análise do clima de hostilidade contra os imigrantes e refugiados nos tempos atuais. A proveniência sobretudo de países periféricos desses fluxos é colocada no centro das análises aqui oferecidas.

O quadro da imigração contemporânea no Brasil retrata bem como, apesar do número de entradas de imigrantes e refugiados ser percentualmente pequeno em relação a outros territórios do Norte Global e regiões como o Oriente Médio, as barreiras burocráticas, policiais, culturais e principalmente socioeconômicas que se colocam a esse grupo social para a estruturação de vida no país não são desprezíveis. Lamentavelmente, ganham cada vez mais destaque também aqui, no país da “democracia racial”, as atuais manifestações de violência, racismo, xenofobia que têm como alvo os imigrantes e refugiados.

Se o mercado de trabalho é um termômetro para se compreender o aumento e a diminuição das entradas de imigrantes e refugiados em determinados contextos econômicos e políticos da história do país, também oferece parâmetros para se analisar as oscilações desses diferentes tipos de hostilidade contra o “estrangeiro”. Mesmo com o percentual baixíssimo de população estrangeira na atualidade do país – o que afasta, por enquanto, a consideração de grandes impactos no funcionamento do mercado de trabalho doméstico – a figura do imigrante e do refugiado continua, como no passado, a representar uma “ameaça”, a simbolizar concretamente o pretenso “roubo” de postos de trabalho, mesmo daqueles mais explorados, os quais os trabalhadores nacionais, se pudessem, deixariam de almejar. Como nos países do Norte Global, essa ideia da ameaça é aqui mobilizada por posições políticas conservadoras.

Para captar as principais tendências do funcionamento das fronteiras no Brasil, considera-se útil o campo de visão iluminado pela perspectiva analítica da configuração polarizada dos movimentos migratórios (Sassen, 2011; Villen, 2015), por chamar atenção para alguns aspectos que são muitas vezes ocultados, a despeito de determinantes para a compreensão das relações causais implicadas. Essa perspectiva revela que a imigração no Brasil, ao contrário de marginal, abrange um universo complexo, de diferentes categorias ocupacionais e condições de trabalho, atuantes nos mais variados setores, nos âmbitos público e privado. E, ainda mais importante, lança luz sobre os espaços subterrâneos e invisibilizados do trabalho imigrante simultaneamente apontando as contradições inerentes àqueles eleitos para aparecerem como uma imigração escolhida.

Os polos da imigração no Brasil contemporâneo

A configuração polarizada da imigração é um campo de visão que permite discutir as novas bases histórico-sociais da imigração no Brasil e sua alta representatividade de proveniência de países periféricos. Esses fluxos provenientes de países periféricos, quando não invisibilizados, vêm representados como um acaso emergencial da história da imigração no país.

Atualmente, o exercício de uma atividade laboral no país só é permitido a um perfil qualificado-especializado da imigração que entra pelo circuito legalizado, aos cidadãos do Mercosul e países associados e a casos particulares de casamento e p(m)aternidade. Todas as outras modalidades de imigração e o refúgio recebem um tratamento emergencial, com efeitos diretos para o imigrante, no que se refere ao exercício de uma atividade laboral e à estruturação de vida no país. Essa questão está diretamente relacionada com a manifestação dos circuitos documentado e indocumentado das migrações, objeto que já foi bastante investigado em diversos países do Norte Global (Villen, 2016; Basso, 2015a; Chomsky, 2014; Mackay, 2008), mas que ainda não havia sido estudado nos seus efeitos histórico-sociais de ocorrência no Brasil.

No Brasil contemporâneo, os critérios seletivos dos imigrantes “bem-vindos” são bastante claros e se colocam como pretensamente neutros (em relação a classe, gênero, etnia e nacionalidade); porém, deixam a parte mais significativa do fenômeno invisibilizada, como se realmente não existisse no país, a não ser, é claro, como um acaso emergencial.

Uma vez analisadas as autorizações de trabalho concedidas para estrangeiros pelo Ministério do Trabalho e Emprego – indicativas do circuito documentado da imigração por motivo de trabalho –, excluindo o caso específico do Mercosul e países associados, percebe-se que apenas a entrada de fluxos com um perfil qualificado-especializado é permitida, sendo direcionado a setores estratégicos, geralmente imbricados com a entrada de capital estrangeiro no país, ou com escassez de profissionais. Nos anos recentes, as empresas transnacionais, o setor de petróleo e gás, o serviço público de saúde e educação apareceram como os principais setores de atração dessa modalidade de imigração.

Esse perfil qualificado-especializado da imigração ganhou uma importância crescente nas autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em particular após a eclosão da crise econômica de 2007, sendo bastante nítida sua presença no desenho institucional do fenômeno (Baeninger, 2010). Dentre outros motivos, corroboram para essa constatação a intensificação do processo de internacionalização produtiva e financeira, as taxas de desemprego nos países centrais, a facilitação de vistos e o incentivo das entradas, bem como a emergência do próprio Estado brasileiro como consumidor direto da força de trabalho de imigrantes, em particular de médicos, professores e pesquisadores.

A despeito das modalidades de imigração dentro desse polo terem entrada facilitada e serem consideradas estratégicas ao “desenvolvimento”, há contrastes impeditivos de qualquer generalização no que se refere à inserção no mercado de trabalho brasileiro. Nele, estão implicadas categorias que já se manifestavam nas décadas anteriores, por estarem diretamente relacionadas com o funcionamento de empresas transnacionais e investimentos de capitais no país (Baeninger e Leoncy, 2001), bem como elementos de novidade que ganham peso na última década, como é o caso das expressivas contratações nos serviços públicos de saúde e educação ou ainda a categoria completamente silenciada de trabalhadores marítimos de proveniência asiática, em particular de filipinos.

Uma parte numericamente restrita desses imigrantes consegue empregos bastante privilegiados em relação a salários, bônus e garantias contratuais. Esses imigrantes, embora tenham um perfil qualifica-especializado e entrem pelo circuito legalizado do trabalho migrante, também sofrem com as contradições do nosso mercado de trabalho e do funcionamento da sociedade brasileira. O racismo, a xenofobia e as agressões contra os médicos cubanos são emblemáticos para entendermos essa questão (Associação Médica Brasileira, 2013; Ramos, 2018). Da mesma forma, o regime despótico de trabalho nas embarcações de petróleo, que proíbe a presença de sindicatos,

Há contrastes impeditivos de qualquer generalização no que se refere à inserção no mercado de trabalho brasileiro

é indicativa das condições de trabalho enfrentadas pelos imigrantes inseridos na indústria de petróleo no Brasil, sobretudo os filipinos (Zanin, 2008).

Mas é no circuito mais exposto à indocumentação que a problemática do racismo se revela em sua nudez. Essa modalidade de imigração revela elementos de continuidade com o que Florestan Fernandes chamava de “grandes levas anônimas”, mas com a diferença de serem compostas por imigrantes da

periferia do capitalismo. De fato, esses fluxos revelam que as populações dessas periferias, mais do que nunca, são forçadas a emigrar pelas diferentes relações de força e espécies de mazelas que, conforme explicam Basso (2015), são criadas e recriadas pelo funcionamento do sistema capitalista e se acirram na atual fase da mundialização financeira. Por esse motivo, segundo o autor, são também retratos de seus sintomas sociológicos, bem como de uma forma de reação (coletiva) a eles.

As modalidades de imigração dentro desse polo, além de terem sido por anos silenciadas e inviabilizadas, estão plenamente vivas e em crescimento no contexto brasileiro, principalmente nas capitais. Nelas estão implicados fluxos com corpo sociológico datado de mais de quarenta anos (como o de bolivianos), ou seja, nada recentes, e outros talvez mais característicos do início do século XXI, por ganharem densidade ou despontarem no período após a eclosão da crise, dentro de um contexto de aquecimento do mercado de trabalho interno até o ano de 2014, de crise e recrudescimento das políticas imigratórias nos países centrais.

As fronteiras nacionais do Brasil – como em muitos outros países – excluem esse universo mais representativo do fenômeno migratório na atualidade, a saber, de imigrantes e refugiados (com alto percentual de mulheres) em situação socioeconômica vulnerável e provenientes de países periféricos, ou seja, aqueles que mais precisam trabalhar. A eles, se apresenta restritivamente outra via de entrada, que se abre emergencialmente (anistia, vistos humanitários, solicitação de refúgio ou regularizações extraordinárias), muitas vezes de forma subterrânea, sendo direcionada a setores altamente marcados

A necessidade estrutural e secular do país pelo trabalho imigrante não desaparecerá por causa da crise.



pela precarização do trabalho, como a indústria têxtil, de abate de carnes, construção civil, serviço doméstico, entre outros. Embora também haja uma demanda desses setores pela força de trabalho imigrante, não constitui um canal de entrada legalizado.

O modo como deixam seus países, como entram no Brasil e o choque de se sentirem, de novo, trabalhando e vivendo numa periferia do capitalismo, muitas vezes de forma forçadamente indocumentada, denotam as características de uma base sócio-histórica desses movimentos migratórios internacionais, da qual deriva uma maior exposição e disponibilidade (por necessidade) à exploração, no trabalho e em todos os âmbitos da vida social em que sua presença possa se tornar lucrativa – veja-se, por exemplo, os empresários das fronteiras, as altíssimas taxas para enviar remessas, o preço de aluguéis cobrados de cada imigrante dividindo metros quadrados (muitas vezes insalubres).

Essa modalidade de imigração significa enfrentar, além de todas as condicionantes do trabalho dentro de um regime de acumulação flexível, quando não uma exposição ao trabalho forçado, também os preconceitos de uma sociedade com herança escravista – que, no fundo, ainda associa a imigração com o mesmo referencial racista da modernização dependente do passado, na expressão de Florestan Fernandes (2008).

Não há dúvida de que esse perfil sociológico da imigração rediscute os “paradoxos da alteridade” – tratados por Sayad (1998) para explicar “a colonização que se projeta na imigração”, referindo-se a dinâmicas da imigração periférica para os países ex-metrópoles coloniais –, agora no seio das próprias periferias. De fato, ao longo do funcionamento do sistema de colonização, com suas novas formas de atuação no presente, essas periferias foram ensinadas a não enxergar sua realidade social, a negar sua própria história, suas culturas e identidades dela derivadas. No Brasil, essa cegueira se aplica em relação à própria sociedade e se projeta, por consequência, a todas as outras periferias, para as quais literalmente “dá as costas”. No entanto, a presença concreta desses imigrantes periféricos, mesmo com todas as problemáticas implicadas, já está contribuindo para amenizar esse campo de visão “branco modernizador” do qual o país ainda padece.

Ao longo do funcionamento do sistema de colonização, com suas novas formas de atuação no presente, essas periferias foram ensinadas a não enxergar sua realidade social, a negar sua própria história, suas culturas e identidades dela derivadas.

Considerações finais

Os efeitos da crise mundial – que começam a se manifestar com mais intensidade a partir de 2015 no Brasil – tiveram reflexo também na diminuição dos fluxos de entrada no país e, concomitantemente, no aumento daqueles de saída, de imigrantes e também de brasileiros. No entanto, isso não diminui a importância do estudo do tema das migrações internacionais. O Brasil não está separado desse contexto global de aumento dos movimentos migratórios. Sobre-

tudo, a necessidade, estrutural e secular, do país pelo trabalho imigrante não desaparecerá por causa da crise.

Além disso, com as novas modalidades de imigração, hoje é preciso ter cautela para não cair nas armadilhas dos números oficiais dos fluxos de entrada, em particular daqueles referentes à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, que subestimam ou deixam na penumbra parte significativa de sua realidade social. Ao contrário, a utilização do prisma analítico do trabalho e da configuração polarizada, aqui priorizado, olha para as contradições que transparecem nas dinâmicas desses movimentos populacionais, transcende o campo de visão institucional e chama atenção à abrangência e às tendências que esses “baixos” números deixam entrever. Dentre elas, o aumento crescente na atualidade da situação indocumentada e das modalidades de imigração temporária, ambas

muito difíceis de serem captadas, por estarem ligadas a formas de contratação laborais por curto período e a práticas impostas aos próprios imigrantes para conseguirem contornar a rigidez das leis imigratórias “proibitivas” do trabalho e da permanência em solo estrangeiro.

Por fim, essa base social periférica da imigração e do refúgio coloca diversas novidades para o funcionamento da sociedade brasileira e suas conexões com o contexto internacional. De fato, esses deslocamentos de populações são centrais para se entender questões ligadas à conformação de sociedades multinacionais e às transformações ligadas à presença, à ação, às lutas dos imigrantes e refugiados, agora também das periferias do capitalismo. E vale a pena lembrar que essa história é composta de tensões, mas também de aproximações entre “nacionais” e “estrangeiros”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA et al., Carta aberta à população. A saúde pública e a vergonha nacional, Conselho Federal de Medicina, 22 de junho de 2013.

BAENINGER, R. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, Doutores 2010: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília: CGEE, 2010.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Brasília, CNPD, 2001.

BASSO, P. Racismo de Estado e antirracismo de classe na Europa, Margem Esquerda, vol. 14, 2015a, p. 57-71.

BECKER, C. L. Comunicação e interesse público: o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CHOMSKY, A. Undocumented: how immigration became illegal. Boston: Beacon Press, 2014.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca” (Vol. 1). São Paulo: Globo, (1964) 2008.

MACKAY, S. The commonalities of experience: refugees and recent migrants. In: MACKAY, S. (Org.) Refugees, Recent Migrants and Employment: Challenging Barriers and Exploring Pathways. New York&London: Routledge, 2008.

RAMOS, 2018. Intolerância e racismo no Brasil. Um estudo sobre o discurso de ódio contra os médicos cubanos no Facebook. Monografia, Universidade Estadual de Montes Claros, 2018

SASSEN, S. Brutality and Complexity in the Global Economy. Cambridge, Massachusetts: Harvard College, 2014.

_____. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: ARAGONÉS, A. M. (Org.) Mercados de Trabajo y migración internacional. México, D.F.: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2011.

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

VILLEN, P. “Fronteiras porosas” e a explosão da mobilidade indocumentada. Argumentum, v. 8, n. 3, set./dez., 2016, p. 29-39.

_____. Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

ZANIN, V. I forzati del mare. Roma: Carocci, 2007.

As categorias de refugiados no sistema internacional de asilo

Marília Fabbro

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011) e mestrado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra (2016). Tem experiência nas áreas de Direito e Antropologia, com ênfase em migrações.

Wesley Cesar Botto



As categorias de refugiados no sistema internacional de asilo

PALAVRAS-CHAVE: sistema de asilo; refugiados; histórias de vida; integração ; refugiados prolongados; vozes políticas.

KEYWORDS : asylum system; refugees; life stories; integration; protracted refugees; political voices.

RESUMO

Este artigo explora as distintas acepções do termo 'refugiado' e como elas afetam o direcionamento das políticas de asilo. O ponto de partida é questionar essas acepções e tentar situar o refugiado como sujeito político em oposição ao refugiado como vítima. A reflexão centra-se na lógica das instituições, agências e governos que definem os termos da determinação do estatuto do refugiado, do regime de ajuda humanitária e dos programas de integração. Pretende-se contrapor o discurso oficial com testemunhos de refugiados. A variedade de experiências que compõe as trajetórias de migração forçada evidenciam que não existe uma história 'típica' de refugiado. O desafio encontra-se na tentativa de conformar as políticas gerais de asilo à complexidade de experiências que perfazem essa suposta 'categoria'.

ABSTRACT

This paper aims to explore the different meanings of the term 'refugee' and how they affect the directions of the humanitarian policies through them. The main point is to question these meanings and try to situate the refugee as a political actor instead of a victim. The focus will be on the institutions, agencies and governmental discourses and practices on defining the refugee status, the humanitarian aid system and the integration programs. The intention is to oppose these official voices with the ones presented on the refugee's testimonies. The narratives of displacement and its plurality points that there is no 'typical' refugee tragedy. In this sense, the challenge is to conform the general asylum policies to the wide range of refugee experiences that constitute this supposed "category".

A trajetória de um refugiado não se encerra no seu deslocamento. A chegada ao país de acolhimento dá início a um novo percurso, não menos violento que o anterior: o procedimento de asilo. Após a longa travessia, aqueles que buscam proteção terão ainda que lidar com uma nova condição existencial, cujas denominações variam de acordo com o estatuto legal – quer seja de refugiado, solicitante de asilo, beneficiário de proteção humanitária ou imigrante e que irá definir toda sua experiência de integração. Definirá, portanto, desde o modo como irá apresentar-se nas situações sociais mais banais do cotidiano até a própria percepção que tem agora de si mesmo, por depender deste novo estatuto identitário para afirmar seus direitos e sua liberdade.

As diversas camadas que perfazem o conceito de refugiado estão geralmente ligadas às noções jurídicas do termo, relacionadas principalmente à Convenção de Genebra de 1951, cuja denominação restringe-se, pela sua natureza legal, à pessoa que, após vencer as etapas do procedimento, acaba por obter o estatuto. Não há que se

confundir, entretanto, tal situação com a complexidade de narrativas que perpassam a condição do refúgio.

Elaborar epistemologicamente a concepção de refugiado é uma tarefa já discutida academicamente há algum tempo (Malkki, 1995, 1996; Elie, 2014). Malkki aponta para a necessidade de construir uma perspectiva conceitual que não desconsidere as dimensões histórico-políticas acerca de uma suposta noção de identidade de um refugiado; que não torne todo indivíduo que encontra-se nessa condição como vítima, mas como sujeito político. No entanto, ainda mais profundamente arraigadas na composição do imaginário acerca do refugiado são as políticas de caráter humanitário que resumem, praticamente, todas as principais condutas e práticas para lidar com esse cenário. Quer isto dizer que ainda não se atingiu um modelo polivalente que abarque tanto as necessidades emergenciais dos refugiados quanto as de integração a longo prazo.

Outro dos maiores problemas teóricos enfrentados nos estudos sobre o tema ronda a tentativa de constatar uma

Uma vez que se compreende que é a partir do Estados nacionais que as políticas são ‘testadas’ é possível perceber qual a recepção e conhecimento reais utilizados no cotidiano, e com quais interesses.

certa essência de refugiado, como uma entidade em si mesmo, “uma cultura, um mundo social, uma identidade ou uma comunidade” (Malkki, 1995: 511), acabando por invisibilizar a pessoa que existe por trás destas vestes. Uma das possíveis soluções para superar esta percepção seria atentar para uma composição de um corpus teórico onde se encontrem narrativas alternativas a esta, que compreendam os refugiados como sujeitos políticos, móveis, frutos de uma realidade histórica e material particulares, com discursos plurais de acordo com seus propósitos, repertórios, memórias e histórias de vida.

A partir disso, uma das maneiras de esboçar essa outra gênese epistêmica na pesquisa sobre os refugiados aponta para a coleta de relatos, opiniões, histórias, narrativas e memórias de refugiados — materiais que permeiam sua própria concepção a respeito da condição existencial que se deparam e do momento vivenciado. A contribuição das pesquisas nesta seara tem sido exatamente a de compor uma maior diversidade de olhares acerca do tema, a partir das palavras dos próprios sujeitos, de modo a desconstruir a ideia de refugiado no papel de uma entidade unitária, estática e representativa, ainda muito colocada em evidência.

Não obstante, para que tal contribuição seja de fato válida, tais narrativas não podem ter a pretensão de formular um discurso representativo das tantas e distintas vozes dos refugiados, ou considerá-las como absolutas e totalizantes de uma experiência. É importante ainda ter em conta as dimensões investigativas da própria disciplina em contato com outras áreas do conhecimento, que



constituem um significativo arcabouço teórico. Nessa perspectiva, o presente trabalho pretende explorar brevemente, a partir de estudos realizados em diversas disciplinas, o modo como as diversas 'categorias' de refugiados são negociadas e como elas influenciam nos discursos dos atores envolvidos no sistema de asilo.

As categorias de refugiados

Os processos – políticos, econômicos e sociais – envolvidos no surgimento e na evolução das categorias que perfazem o conceito são fundamentais para compreender as consequências da sua aplicação no que toca às políticas, gestão legal dos direitos e à posição que elas ocupam no imaginário social. Tais categorias estão, geralmente, relacionadas com a terminologia empregada pelas definições jurídicas ou administrativas, utilizadas correntemente pelos agentes humanitários ou governamentais. Essa posição é corroborada por Malkki, ao apontar como um dos pilares para a discussão do regime internacional o que denominou de “international order of things” (ordem internacional das coisas), onde de fato ocorrem os fenômenos e as conexões entre o movimento de pessoas, as políticas internacionais e os estudos sobre deslocamentos; e onde estas categorias são negociadas, resinificadas e situadas na prática.

Nesse mesmo contexto, fenômenos tais como as diásporas e as questões pós-coloniais são definidos no sentido de uma gramática cultural ligada à nação. Uma vez que se compreende que é a partir do Estados nacionais que as políticas são “testadas” é possível perceber qual a recep-

ção e conhecimento reais utilizados no cotidiano, e com quais interesses (Malkki, 1995: 516; Sigona, 2014: 372).

Exemplo disto foram as inúmeras categorias jurídicas criadas desde a Convenção de 1951 para definir diversos “tipos” de refugiados, podendo ser adaptadas pelos Estados conforme a sua capacidade de acolhimento e a interpretação dada pelo seu ordenamento interno. Hathaway pontua que as categorias de “proteção humanitária”, “proteção temporária”, “refugiado de facto” e “proteção subsidiária” são móveis, mas cada qual contém sua própria especificidade – a depender, podem garantir menos direitos ou menos tempo de residência regular no país (Hathaway, 2003: 1). Estas classificações representaram estatutos alternativos àquele postulado pela Convenção e, geralmente, incorreram em perda ou redução dos direitos em relação àqueles que são garantidos ao “refugiado” propriamente dito, como a imposição de limites à liberdade de movimento; à procura de emprego; ao acesso à educação; à saúde e ao suporte de serviços sociais gerais.

À parte disto, a discussão histórica acerca das categorias relativas ao termo refugiado ressalta que o ponto de virada que veio a estabelecer a concepção moderna de refugiados se deu pela ênfase nas “causas” do refúgio, consagradas posteriormente pela Convenção de Genebra. As causas, por mais que sejam relevantes na apreciação jurídica no momento da atribuição do estatuto ou do tipo de proteção; não devem constituir o ponto-chave para a compreensão do termo “refugiado”. Na realidade, o esforço por parte da disciplina histórica e antropológica é de romper com as concepções estritamente ligadas às questões políticas, administrativas ou legais; com o objetivo de criar outras narrativas, dissociadas das instâncias de poder e mais próximas daqueles que de fato vivem sob o rótulo de serem “refugiados”. Apesar disso, atentar para a história das categorias é essencial para perceber quais são as fronteiras criadas entre elas e o porquê da proliferação desta complexidade terminológica. Certas fronteiras artificiais podem ser questionadas e reconsideradas como, por exemplo, a distinção entre refugiados e migrantes.

Diversos estudos de caso demonstram que frequentemente as motivações das pessoas que deixam seus terri-

tórios não obedecem às regras do ordenamento internacional. Não há somente uma causa determinante legítima, mas uma combinação de questões de teor político, econômico, social e estrutural provocados pelo meio social em que vivem. Não somente a distinção entre o migrante “voluntário” e o migrante “forçado” é uma construção artificial; como raramente as categorias administrativas correspondem à realidade política e social dos deslocamentos – tais fronteiras são sempre muito mais nebulosas (Schuster, 2015: 298; Elie, 2014: 29). Os fluxos migratórios mistos – migrantes ‘econômicos’ e refugiados – denotam uma ruptura no sistema de asilo e controle por parte dos Estados e das organizações internacionais. Por um lado, existe um contingente de requerentes de asilo que são oportunistas do sistema – “falsos refugiados” – quer seja para aproveitar dos benefícios, quer seja para garantir um documento de residência. Por outro lado, há migrantes que deixam seu países em busca de melhores condições, mas que poderiam ser considerados refugiados por preencher as exigências normativas. No entanto, alguns não requerem asilo por receio de não ter autorização de trabalho ou por não quererem restar aprisionados em um campo. Por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) há uma pressão para melhor gerir as pessoas, os sistemas de inquérito e controle e reverter a verba de maneira justa para os beneficiários. Essa amálgama de contradições revela a necessidade de reinvenção do sistema de asilo internacional, de modo a abarcar essa complexidade e gerir de forma justa as causas do deslocamento (Schuster, 2016: 300).

É evidente, portanto, que o uso destas categorias de diferenciação acaba por afastar do sistema de asilo milhares de pessoas que poderiam ser consideradas como “refugiadas”, por conta da forma como este uso é concebido. Um dos problemas da falta de flexibilidade nessas classificações é a potencial exclusão de certas experiências e identidades da história. O privilégio de certas categorias e a omissão de outras nos dispositivos legais internacionais e nacionais não devem nunca ser confundidos com a realidade empírica dos movimentos migratórios (Elie, 2014: 29). No entanto, há formas de contornar as restrições impostas pela legislação quando existe vontade política por parte dos agentes. Compre-

ender o sistema de asilo significa, também, atravessar a mentalidade daqueles que exercem poder sobre ele.

Por este motivo, os fluxos de refugiados e migrantes devem estar sempre sob análise constante e atenta, de modo que as suas narrativas, histórias e percepções particulares não fiquem subjugadas às categorias definidas pelos instrumentos jurídico-administrativos e às vozes hegemônicas daqueles que os legitimam. No entanto, a dificuldade de acesso aos documentos, informações e depoimentos dos refugiados nos arquivos das organizações é considerável; especialmente quando eles mesmos encontram-se ainda sob sua tutela. Com esse intuito, Malkki conduziu uma pesquisa com os refugiados Hutu em um campo localizado em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, e observou que os agentes administrativos tratavam os refugiados como seres apolíticos, sem história e sem subjetividade. O resultado dessa visão foi resumido pelas palavras de um homem que ali vivia: “Eles estão nos educando para sermos refugiados” (Malkki, 1996: 381). Esta prática é calcada na própria constituição ética das ações humanitárias que, dada a sua evolução no tempo e a natureza de suas ações, situa-se como isenta de posturas, quer elas sejam de entendimento político ou histórico. O problema de tal conduta é que a própria omissão desta parcialidade acaba por provocar uma ideologia outra, aceita sorratamente como discurso de verdade: a ideia de refugiado como vítima universal.

A condição de vítima é pertinente pois legitima, inclusive, o sistema de ajuda humanitária internacional. Uma vez colocados dessa forma, os discursos das agências tornam-se o discurso da ajuda e da sobrevivência, destituído de qualquer viés político, mas com caráter absolutamente “solidário”. No entanto, silenciar os beneficiários desse sistema não se trata de mera conveniência somente, mas da própria perpetuação do paternalismo dessas instituições: que apoiam, recebem e dão suporte às pessoas – o que não deixa de ser necessário –, mas não as perguntam quais são as suas necessidades de fato.

Na seara acadêmica, por sua vez, outras tendências na elaboração das categorias corroboram para uma universalização das experiências e para a construção de uma “essência” do refugiado. Estes entendimentos acabam por gerar equívocos gerais que repercutem na prática dos agentes que aplicam a lei e que atribuem o estatuto de re-

O que irá garantir o sucesso no caso é a capacidade oratória do sujeito em corresponder aos moldes discursivos implicitamente impostos pelo procedimento de asilo.

fugiado aos requerentes. A primeira falha refere-se a uma aceção acerca da experiência dos refugiados como sendo única e comum a todos. No entanto, as experiências de fuga são muito mais diversificadas e plurais. Sigona observa que, os agentes dos serviços de fronteiras e os juízes dos casos de asilo nos tribunais acabam por reproduzir um padrão idealizado da experiência dos refugiados, criando uma série de “tipos” de experiência que lhe parecem coerentes e legítimos para julgar a credibilidade dos fatos narrados pelos requerentes (Sigona, 2014: 375). Desta forma, novamente, não há qualquer espaço para a subjetividade nos testemunhos e para a pluralidade de experiências que configuram um caso de refúgio. O que irá garantir o sucesso no caso é a capacidade oratória do sujeito em corresponder aos moldes discursivos implicitamente impostos pelo procedimento de asilo. Em detrimento de um julgamento justo, os agentes julgadores buscam encontrar incoerências e falhas nos discursos dos reclamantes, de modo a tentar desmascarar um possível “falso refugiado”. A presunção nesses casos é de que o requerente de asilo deve provar que não está a abusar do sistema, caracterizando um total desrespeito ao princípio do benefício da dúvida, que deveria reger tais tipos de casos.

Uma segunda inconsistência que gera um mau julgamento dos casos é a ideia de uma essência de refugiado à qual os requerentes devem pertencer. Uma percepção anacrônica das ciências sociais tende a perceber o refugiado como uma categoria à parte de pessoas que, normalmente, vêm de outra “cultura”, partilham outros tipos de tradições, comunicam-se em línguas minoritárias e

não compartilham dos mesmos valores que os ocidentais europeus. Tal visão denota o vício em buscar uma “essência” do refugiado baseada na noção colonial de “nativo”, de “outro”, gerando ainda um segundo equívoco: uma tendência em proceder como se todos os refugiados compartilhassem uma certa natureza ou condição (Malkki, 1995: 511). Da mesma maneira que o refugiado representa o “outro”, ele deixa de ser um indivíduo para tornar-se representativo de uma “tribo” ou de um movimento de pessoas. Esse entendimento tem como consequência o favorecimento das políticas de fechamento de fronteiras e de mecanismos de controle para frear o fluxo migratório em direção à Europa, por exemplo. No mesmo sentido, torna natural o uso de tecnologias de poder tais como os campos de refugiados, os campos transitórios, os centros

de acolhimento, a coleta de impressões digitais para limitar o livre trânsito etc. Uma vez tidos como representantes de uma outra “cultura” passam a ser um objeto de análise antropológica e social.

Diante dessa gênese resta ainda saber quais são os discursos que denotam um processo reverso àquele acima exposto. Resituar o refugiado como sujeito implica em compreender que suas trajetórias e narrativas não são uníssonas; consiste ainda em desconstruir a amálgama de categorias e romper com a ideia do refugiado como vítima. Conforme coloca Sigona, “a coleta de relatos, narrativas e memórias de refugiados prova que existe uma história em paralelo a ser produzida, que restaura as identidades, a pluralidade de experiências e as vontades políticas dos sujeitos” (Sigona, 2014: 370).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNETT, Michael (2011) “Humanitarianism, Paternalism, and the UNHCR” In *Refugees in International Relations*, Alexander Betts, Gil Loesch (Ed.), Oxford: Oxford University Press.

BETTS, A.; CUÉLLAR, M., SURENDRA, A. (2016) “Humanitarian Innovation, Integration, and the Architecture of Refugee Protection” In *Migration and Integration: New Models for Mobility and Coexistence*, Ed. Roland Hsu, Christoph Reinprecht, 1st edition, V&R Unipress, pp. 111–136.

ELIE, Jérôme (2014) “Histories of Refugees and Forced Migration Studies” In *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*, Ed. Elena Fiddian-Qasmiyeh, Gil Loesch, Katy Long, and Nando Sigona, Oxford Press, UK.

Fiddian-Qasmiyeh, Elena, Gil Loesch, Katy Long, and Nando Sigona, eds. (2014) *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*. Oxford: Oxford University Press.

HATHAWAY, James C. (2002) “Who should watch over refugee law?” in *Forced Migration Review: Older displaced people: at the back of the queue?* N. 14, July 2002.

_____, (2003) “What’s in a Label?” in *European Journal of Migration and Law* 5: 1–21, Kluwer Law International. Printed in the Netherlands.

HSU, Holand (2016) “Settling Peoples: Lessons from Diasporas and Difference” In *Migration and Integration: New Models for Mobility and Coexistence*, Ed. Roland Hsu, Chris-

toph Reinprecht, 1st edition, V&R Unipress, pp. 9-26.

MALKKI, Liisa H. (1992) ‘National Geographic: The Rooting of Peoples and the Territorialization of National Identity Among Scholars and Refugees’, in *Cultural Anthropology* 7(1): 24–44.

_____, (1995) “Refugees and Exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things” in *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24, pp. 495-523.

_____, (1996) *Purity and Exile: Violence, Memory, and National Cosmology Among Hutu Refugees in Tanzania*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

SIGONA, Nando (2014) “The Politics of Refugee Voices: Representations, Narratives, and Memories” In *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*, Ed. Elena Fiddian-Qasmiyeh, Gil Loesch, Katy Long, and Nando Sigona, Oxford Press, UK.

SCHUSTER, Lisa (2015) “Unmixing migrants and Refugees” In *Routledge Handbook of Immigration and Refugee Studies*, Triandafyllidou, Anna, Ed., Routledge International Handbooks.

Documentos:

Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado de Acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 Relativos ao Estatuto dos Refugiados (2011) Genebra, UNHCR.

Direitos Humanos e Migração Forçada: a resistência da arte e a arte da resistência

Rosemary Segurado

Profa. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUCSP, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP).



*A arte e nada mais que a arte!
Ela é a grande possibilitadora da
vida, a grande aliciadora da vida,
o grande estimulante da vida.*
Nietzsche

A temática da migração forçada está na ordem do dia. Trata-se de um fenômeno global que vem ganhando proporções alarmantes, fruto dos efeitos das políticas neoliberais vistas por diversos estudiosos como uma das principais causas dos deslocamentos de populações por todo o planeta. Adotaremos a definição de migrante como sujeitos: i) que podem ser pessoas deslocadas, ii) migrantes internos, iii) migrantes internacionais, iv) solicitantes de refúgio e v) refugiados. Parte da literatura sobre a migração contemporânea identifica esse fenômeno com os impactos no sistema produtivo, mas também podem estar relacionados a diversas formas de violência, dinâmicas que envolvem conflitos sociais, políticos e humanitários

Ao colocarmos a migração como um problema global e não apenas enfatizarmos países com maior incidência nos fluxos migratórios, transformamos essa temática em um problema humanitário global. Portanto, deve ser enfrentado pelos líderes políticos internacionais, que além de implantar políticas para o acolhimento dessas populações e enfrentamento dessa questão também devem conscientizar as populações locais que migrantes não são aqueles que vêm para disputar espaço no mercado de trabalho ou na destinação de políticas públicas. Portanto, não podem ser considerados inimigos à medida que são vítimas de diversas situações de suas regiões de origem que os obrigaram a se deslocar para a preservação da própria vida.

Além do papel das lideranças políticas em torno dessa temática é importante pensarmos também que a própria sociedade civil deve se envolver nesse debate, como podemos observar em diversas iniciativas criadas com o objetivo de contribuir para a busca de alternativas capazes de minimizar o sofrimento dessas populações. O conjunto dessas iniciativas é fundamental para diminuir na sociedade práticas xenofóbicas que não somente não contribuem para a solução do problema, mas, em muitos casos, atua no sentido de criminalizar essas populações. Assim, as iniciativas do campo da arte podem trazer contribuições

muito interessantes, à medida que trazem outra perspectiva para se tratar um tema tão sensível.

A migração forçada também pode ser pensada por meio da arte, considerando que diversas expressões artísticas vêm se dedicando a abordar o fenômeno que na contemporaneidade não está dissociado do ativismo, atuando como forma de denúncia às condições desumanas às quais imensos contingentes populacionais estão sujeitos diariamente.

Nesse sentido, o artista atua no espaço público trazendo críticas sociais e políticas que podem estar presentes em suas obras de forma implícita ou em sua atuação, transformando suas obras em formas de resistência ao fracasso das políticas neoliberais responsáveis pela transformação de grandes contingentes populacionais que se deslocam fugindo de guerras, miséria ou ainda de catástrofes ambientais.

Encontramos diferentes expressões artísticas que se dedicam a problematizar a migração forçada que tem como objetivo, para além da denúncia sobre a situação em que se encontram essas populações, não naturalizar o fenômeno ou, ainda mais, não criminalizar essas populações.

Por meio de diferentes manifestações estéticas, diversos artistas contribuem com o debate sobre migrações. São festivais de cinema, de música e literatura, espetáculos teatrais e performances, exposições de artes plásticas que têm como principal objetivo trazer o debate da migração a partir de outra perspectiva e construir formas de resistência capazes de impulsionar uma reflexão sobre o drama de milhares de pessoas espalhadas pelo planeta.

A arte como resistência está presente em diversos momentos da história e, em muitos casos, serve como forma de enunciar uma mensagem política. A potência política da arte pode ser pensada como forma de ativar resistências, pensando que a resistência a diversas formas de dominação deve ser pensada como ato de criação.

As formas de expressão tanto da arte quanto da política na contemporaneidade se misturam e se ativam. Trata-se, então, de problematizar a relação entre a arte e a política, colocando-se na perspectiva de pensar as possibilidades de articulação entre elas, retomando-as como potências criativas capazes de proporcionar aberturas à re-existência individual e coletiva, aspectos fundamentais para o processo de produção da subjetividade.



A campanha #Nduduzotemvoz, luta pela permanência da artista sul-africana no Brasil e expressa articulação entre diversos setores da sociedade civil na defesa dos direitos humanos.

Os múltiplos significados aos quais somos remetidos quando pensamos no termo resistência estão muito presentes na reflexão sobre as relações entre a arte e a política na sociedade contemporânea. Não ceder, reagir, obstinação, opor-se, defender-se, recusar-se, subsistir. Ou seja, a resistência é um processo aberto que nos leva às diversas estratégias que vão do combate à defesa.

Trata-se de potencializar as expressões tanto no campo da arte quanto no da política que produzam ecos na esfera social para engendrar novas estéticas, práticas sociais, capazes de insurgir como sujeito atuante na produção da subjetividade contemporânea. Nesse sentido, a grande política estaria vinculada aos homens de espíritos livres, que se recusam à pequena política vista por Nietzsche como a mediocridade reinante no mundo moderno.

É fundamental reafirmar a necessidade de se inventar novas expressões artísticas e políticas, repletas de experimentações capazes de escapar ao aprisionamento próprio do capitalismo contemporâneo.

Devemos abolir as fronteiras rígidas que separam a criação artística da ação política pode revitalizar o homem, à medida que ele se torne capaz de engendrar novas possibilidades estéticas e novos sujeitos sociais, consideran-

do que a estética está tão intrinsecamente ligada à vida quanto à arte e à política. Nos dizeres de Foucault, seria necessário reafirmar a estética da existência. É nessa dimensão que reside a potencialidade de aproximação entre arte e política, quando ambos os domínios se encontram no sentido de criar novas formas de estar no mundo e, para tanto, reiventando, re-significando os modos de viver, agir e pensar. Em outras palavras, trata-se de operar à luz do pensamento nietzschiano, na arte e na política ativando a vida, garantindo a intensificação da existência individual e coletiva e superando a arte e a política em suas moldagens históricas.

Essa perspectiva pressupõe que a arte e a política se constituam como libertadoras da vida que vêm sendo aprisionada no homem e pelo homem. Em tempos que estão fora dos eixos (Shakespeare) surgem soluções, modelos que nada mais fazem do que extrair do homem a potencialidade de ser o próprio criador de sua existência, o agente político capaz de vivenciar a multiplicidade da vida.

Tolstói aponta para uma problemática constituidora da separação entre a arte e a vida. Em seu clássico *O que é a Arte?*, o escritor russo questiona em que medida o processo de criação artística está cindido de todos aque-

les que estão diretamente envolvidos no fazer artístico. Se o ensaio da ópera, descrito pelo autor, depende não somente dos que estão no palco, mas também dos que estão por detrás dele, qual o tipo de envolvimento que o artista propõe àqueles que estão diretamente envolvidos na produção do espetáculo? A quem se destina essa arte? Como ela pode se colocar como potência questionadora da ordem e ao mesmo tempo operar dentro dos marcos instituídos por essa mesma ordem?

A criação de novas formas interpretativas da vida social, reinvenção dos processos de atuação no campo da política, demanda que o pensamento e a ação se proponham a romper com os dispositivos que obstaculizam o processo criativo. Mais instigante pode ser o pensamento que opera nas zonas de indiscernibilidade, lugar no qual se misturam e se entrecruzam as práticas políticas e a criação artística, possibilitando aberturas para o devir-artístico.

É justamente nesse devir-artístico que a migrante sul-africana Nduduzo Siba entrou para a cena musical e para a ação política. Detida durante três anos no Brasil por ter sido usada como mula no tráfico internacional de drogas, a jovem artista encontrou na prisão o espaço para desenvolver sua potencialidade artística e também se juntar aos demais migrantes na luta por direitos humanos.

Desde 2017, Nduduzo atua e canta no espetáculo musical *Inútil Canto e Inútil Pranto Pelos Anjos Caídos*, escrito pelo dramaturgo Plínio Marcos em 1977. Também tem se destacado no projeto “Voz Própria” do grupo *Mulheres Livres*, que tem como objetivo produzir um curta-metragem patrocinado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, que se encontra em fase de desenvolvimento.

A atuação no campo da pesquisa musical é outra inserção importante da artista que tem contribuído também com o grupo de pesquisa em performances e novas mídias do Colabor-USP, ligado à Escola de Comunicações e Arte (ECA-USP), ao lado de professores e estudantes da universidade. Ainda como pesquisadora musical também tem participado como convidada do Núcleo Permanente de Pesquisa Musical da Cia Tijolo, projeto coordenado pelo maestro William Guedes, apoiado pela Lei de Fomento ao Teatro da Prefeitura de São Paulo.

Apesar dessa inserção no campo artístico e na defesa dos direitos dos migrantes, a artista está com um processo de expulsão do Brasil, nesse momento seus defensores recorreram e aguardam decisão da justiça. Caso o recurso de sua defesa não seja acatado, ela terá que sair do Brasil sem possibilidade de poder retornar, ficando impedida de estabelecer moradia no país que possui um significado singular em sua vida. Mesmo tendo sofrido as agruras do cárcere, ela também reconhece o papel significativo que essa experiência exerceu na sua descoberta da arte e da defesa dos direitos humanos.

A rede de solidariedade pela defesa da permanência da artista no país conta com apoio de diversos grupos de defesa de direitos humanos, acadêmicos, intelectuais, artistas, lideranças políticas de expressão nacional, entre outros. A campanha #Nduduzotemvoz é a expressão da articulação entre diversos setores da sociedade civil na defesa dos direitos humanos. Resta aguardar a sensibilidade das autoridades públicas para que nem a voz e nem o direito de ir e vir sejam mais uma vez cerceados e que a potência artística se mantenha como potência política na defesa da livre expressão.

Referências bibliográficas

DELEUZE, G., *Conversações*, São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M., *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, 1975.

GUATTARI, F., *Caosmose – um novo paradigma estético*.

co. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

NIETZSCHE, F., *O nascimento da Tragédia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TOLSTOI, L., *O que é a Arte?*, São Paulo: Ediouro, 2002.

MINHA CHEGADA AO BRASIL

Renan Felix



Sylvie Mutiene

Advogada, produtora cultura. belviesiona@gmail.com

Meu nome é Sylvie Mutiene, sou da República Democrática do Congo. Na minha chegada ao Brasil, achei tudo estranho o que conhecia.

A infraestrutura, as culturas e hábitos, a urbanização, as pessoas eram diferentes, era tudo novo. Mas, com o tempo, e a convivência com o povo brasileiro, consegui entender como a gente é tão parecido. Falando do povo branco, o qual eu nunca tive convívio na vida, nossa convivência foi tão homogênea que não deu tempo para perceber a diferença do branco e do negro. Do lado da infraestrutura, a África tem casas boas más, o desenvolvimento dos prédios em São Paulo é demais. E falando do aluguel: – Nunca, pensei, que fosse conseguir pagar aluguel em São Paulo comparando o custo. A cultura brasileira não é tão diferente da cultura africana, só que ela foi modernizada. O povo brasileiro é um povo alegre, acolhedor e que

vive em família, que comemora cada evento. O meu povo também, isso hoje no Brasil está mudando pela violência e pelo tempo maior de trabalho.

Na África a música e a dança expressam as emoções, a cultura. O meu povo foi criado pelos costumes e práticas que se passam do pai para o filho, da mãe para a filha, de geração em geração, desta maneira que se formou uma sociedade. Antigamente, só os rapazes que tinham direito à escola, à educação e as meninas eram formadas só para o casamento, mas hoje, com a modernização, todos homens e mulheres têm direito à educação e formação profissional igual. Para terminar, vamos falar da comida, a primeira coisa que chamou a minha atenção foi azeite de dendê. Este azeite é mais usado no Congo no dia-a-dia; e hoje estou fazendo as culinárias do Congo com os ingredientes do Brasil.

Poesia: Migranto

por Artur Matuck

identity
ancestry
language
thoughts

*identidade
acensório
língua
pensamentos*

world of creation
out of fear and despair
we celebrate that we are alive

*mundo da criação por medo e desespero
nós celebramos que estamos vivos*

the earth gave birth to my race
rivers flowed thru my veins
smells of plants made me breath
light stars were there for us to dream

*a Terra deu à luz minha raça
rios correram através das mminhas veias
cheiros de plantas fizeram-me respirar
luz das estrelas estavam lá para sonharmos*

Paula Alves



